



Relatório e Contas 2025

IRMÃS HOSPITALEIRAS PORTUGAL



Irmãs Hospitaleiras
PORTUGAL

"Renovamos o nosso
compromisso de continuar
a *cuidar* acolher e promover
a dignidade de cada pessoa
construindo diariamente
uma cultura de misericórdia,
fraternidade, esperança e de
Hospitalidade."

Paula Carneiro, hsc
Presidente do Instituto



Mensagem da Presidente do Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus

É com sentido de responsabilidade, gratidão e esperança que apresentamos o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2025 do Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus.

O ano de 2025 foi marcado por desafios significativos no âmbito da gestão e administração, mas também por oportunidades de crescimento, inovação e consolidação da nossa missão ao serviço das pessoas mais vulneráveis, especialmente daquelas que vivem situações de sofrimento psíquico, doença, dependência ou exclusão social. Em cada uma das nossas obras procurámos responder com profissionalismo, proximidade e espírito hospitaleiro às necessidades das pessoas que nos são confiadas.

Os resultados aqui apresentados refletem o empenho e a dedicação de todos os colaboradores, Irmãs, voluntários, parceiros e benfeitores que diariamente contribuem para a concretização da missão hospitaleira. A todos manifestamos a nossa sincera gratidão pela corresponsabilidade e competência, compromisso demonstrados ao longo deste ano.

A presença geográfica do Instituto IHSCJ – Continente e Regiões Autónomas - tem permitido uma capacidade de resposta ao nível da prestação de cuidados de saúde ampla e diversificada. Durante o ano 2025 atendemos a mais de 25 mil pessoas, nos diferentes dispositivos assistenciais, quer em internamento, quer em ambulatório.

O compromisso de acompanhar e cuidar as equipas assistenciais e não assistenciais, consolidando os diferentes programas de bem-estar e a promoção de uma saúde mental positiva tem sido um processo constante, que envolve os diferentes níveis da organização. No Projeto Hospitaleiro Integral, o mais importante são as pessoas: destinatárias dos nossos serviços, quem as assiste e todas as pessoas que, de um modo ou de outro, participam na missão. No ano 2025 vivemos desafios de atratividade, consolidação e retenção em relação aos recursos humanos.

Num contexto social, económico e legislativo em permanente transformação, mantivemos o firme propósito de assegurar a sustentabilidade económico-financeira das nossas atividades, promovendo uma gestão rigorosa e prudente dos recursos, sem perder de vista a centralidade da pessoa, a qualidade dos cuidados e os valores que inspiram a nossa identidade institucional.

Os dados e indicadores apresentados neste relatório testemunham o esforço contínuo de melhoria, a capacidade de adaptação às novas exigências e a procura constante de respostas inovadoras, capazes de garantir a continuidade e o desenvolvimento da missão que herdámos de São Bento Menni, da Venerável Maria Josefa Récio e de Maria Angústias Giménez.

Confiantes na ação providente de Deus e inspirados pelo carisma da Hospitalidade, renovamos o nosso compromisso de continuar a cuidar, acolher e promover a dignidade de cada pessoa, construindo diariamente uma cultura de misericórdia, fraternidade, esperança e de HOSPITALIDADE.

Agradecemos a confiança de tantas pessoas com sofrimento psíquico e suas famílias, que acreditam na qualidade e humanismo dos nossos serviços e na competência profissional das nossas equipas. Que este relatório seja, não apenas um instrumento de prestação de contas, mas sobretudo, a afirmação de um compromisso com a missão e um testemunho do caminho percorrido juntos, no propósito diário de fazer o bem, bem feito, unindo ciência e humanismo que fundamenta o nosso modus operandi institucional - cuidar unindo conhecimento científico e profunda sensibilidade humanista - refletido no lema "Cuidar com Coração".

1. O Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus • 6

- 1.1 As Irmãs Hospitaleiras em Portugal • 7
 - 1.1.1 Natureza e Fins • 8
- 1.2 Os Nossos Valores, Missão e Visão • 10
- 1.3 Enquadramento Estratégico • 12
 - 1.3.1 O Setor da Saúde • 13
 - 1.3.2 A Saúde Mental • 14
- 1.4 Principais Indicadores • 15
- 1.5 Pessoas e Cultura Organizacional • 17
 - 1.5.1 Diversidade e Inclusão • 17
 - 1.5.2 Desenvolvimento e Formação • 17
 - 1.5.3 Saúde, Segurança e Bem-Estar • 18
 - 1.5.4 Participação e Escuta • 18
- 1.6 Sustentabilidade • 19
- 1.7 Inovação • 20
- 1.8 Investigação e Conhecimento • 21
- 1.9 Reconhecimento e Distinções • 22
- 1.10 Eventos e Encontros • 23
- 1.11 Momentos que Marcaram 2025 • 26

2. Relatório de Gestão • 28

- 2.1 Enquadramento Macroeconómico • 29
- 2.2 Atividade e Resultados • 30
 - 2.2.1 Desempenho Operacional • 31
 - 2.2.2 Desempenho de Recursos Humanos • 35
 - 2.2.3 Desempenho Financeiro • 38

- 2.3 Modelo de Gestão • 42
 - 2.3.1 Qualidade e Certificação • 43
- 2.4 Gestão de Riscos • 44
- 2.5 Desafios para 2026 • 45
- 2.6 Fatores Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício • 46
- 2.7 Proposta de Aplicação de Resultados • 46
- 3. Demonstrações Financeiras • 48
 - 3.1 Demonstração de Resultados • 48
 - 3.2 Balanço • 49
 - 3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa • 50
 - 3.4 Demonstração da Alteração nos Fundos Patrimoniais • 51

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras • 52

- 1. Nota Introdutória • 52
- 2. Enquadramento Fiscal • 52
- 3. Principais Políticas Contabilísticas • 53
 - 3.1 Bases de apresentação • 53
 - 3.2 Pressuposto da continuidade • 53
 - 3.3 Pressuposto do regime do acréscimo (periodização económica) • 53
 - 3.4 Regime contabilístico do acréscimo • 53
 - 3.5 Consistência de apresentação • 53
 - 3.6 Materialidade e agregação • 53
 - 3.7 Compensação • 54
 - 3.8 Informação comparativa • 54
 - 3.9 Juízos de valor e estimativas críticas utilizadas na preparação

- das demonstrações financeiras • 54
- 3.10 Caixa e seus equivalentes • 55
- 3.11 Instrumentos financeiros • 55
- 3.12 Ativos fixos tangíveis • 55
- 3.13 Ativos intangíveis • 56
- 3.14 Imparidades de ativos • 56
- 3.15 Clientes e outras contas a receber • 57
- 3.16 Inventários • 57
- 3.17 Rédito • 57
- 3.18 Subsídios ao investimento • 57
- 3.19 Imposto sobre o rendimento • 58
- 3.20 Provisões, ativos e passivos contingentes • 58
- 3.21 Demonstração de fluxos de caixa • 58

4. Eventos subsequentes • 58

5. Gestão de riscos da atividade • 59

5. Gestão de riscos da atividade • 59

- 5.1 Risco de crédito • 59
- 5.2 Risco de mercado • 59
- 5.3 Risco de liquidez • 59

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros • 59

7. Vendas e prestações de serviços • 59

8. Subsídios, doações e legados à exploração • 61

9. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas • 63

10. Fornecimentos e serviços externos • 64

- 11. Gastos com o pessoal • 66
- 12. Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões) • 67
- 13. Aumentos/reduções de justo valor • 68
- 14. Outros rendimentos • 68
- 15. Outros gastos • 72
- 16. Ativos fixos tangíveis • 73
- 17. Ativos intangíveis • 75
- 18. Investimentos financeiros • 76
- 19. Inventários • 76
- 20. Créditos a receber • 77
 - 20.1 Imparidades de dívidas a receber • 77
- 21. Estado e outros entes públicos • 79
- 22. Diferimentos – ativo • 79
- 23. Outros ativos correntes • 79
 - 23.1 Outros devedores • 80
 - 23.2 Devedores por acréscimos de rendimento • 80
- 24. Caixa e seus equivalentes • 81
- 25. Fundos patrimoniais • 81
- 26. Financiamentos obtidos • 82
- 27. Fornecedores • 82
- 28. Diferimentos – passivo • 82
- 29. Outros passivos correntes • 83
- 30. Contingências, garantias e compromissos • 83
- 31. Ativos sob gestão • 83
- 32. Eventos subsequentes • 83

+3000
camas

+2500
ETI's

12
unidades
de saúde
hospitaleiras

1. O Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus

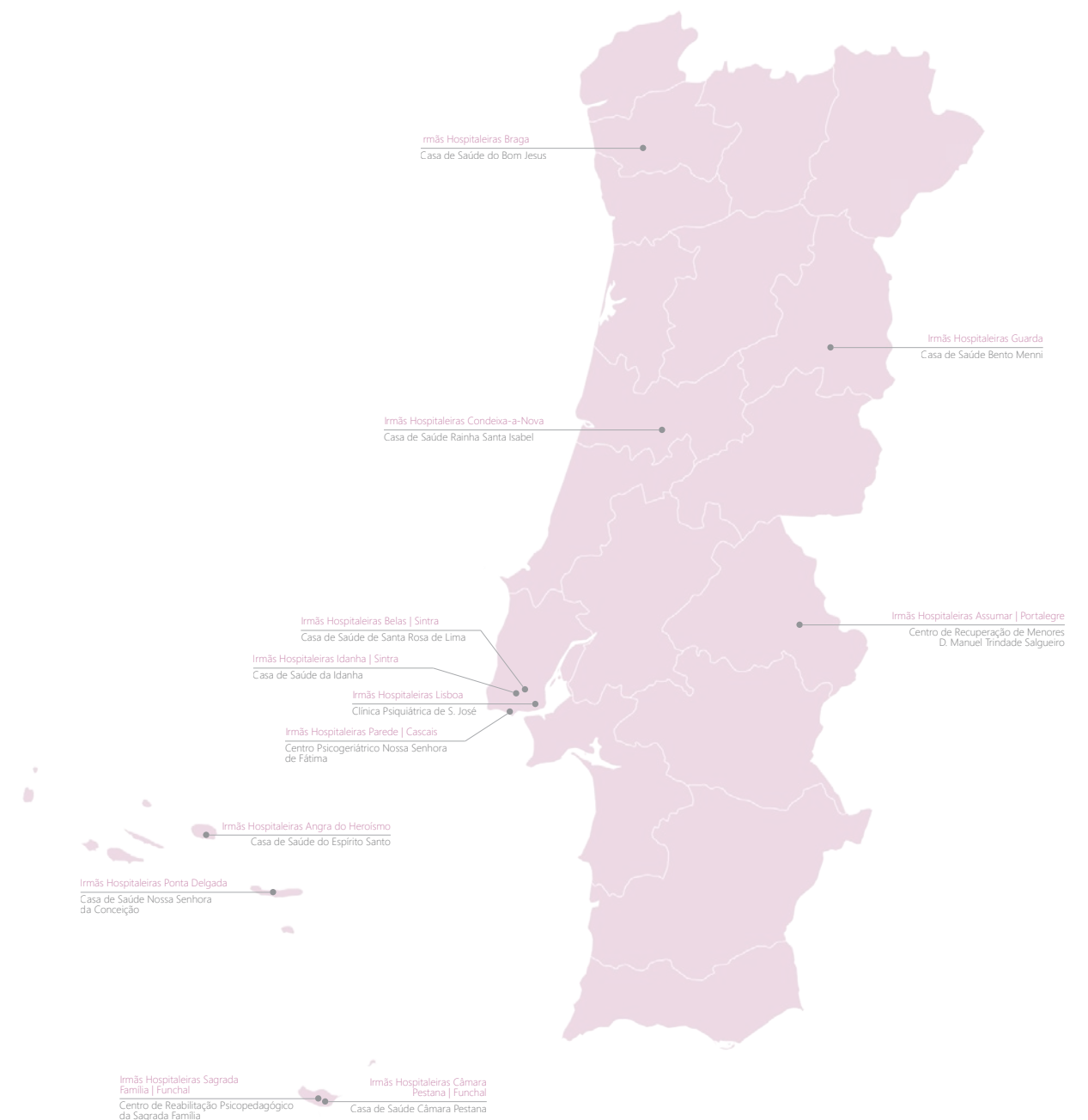
1.1 As Irmãs Hospitaleiras em Portugal

A Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus foi fundada em Ciempozuelos (Madrid), a 31 de maio de 1881, por S. Bento Menni, Maria Josefa Récio e Maria Angústias Giménez. Em Portugal está presente desde 1894.

Ao longo de mais de 130 anos, a sua presença e atividade foram crescendo, sendo hoje uma realidade significativa nas doze unidades de saúde e uma rede de

serviços ampla e especializada no âmbito da saúde mental, reabilitação global, demências e cuidados paliativos. Estes serviços são prestados em regime de ambulatório, internamento e intervenção comunitária.

O IIHSCJ conta com uma estrutura assistencial de 12 unidades de saúde hospitaleiras, com mais de 3 000 camas de internamento em diversas valências, em Portugal Continental e Ilhas.



1894

Fundação da Casa de Saúde da Idanha (CSI). Uma unidade de saúde hospitaleira direcionada para a prestação de cuidados especializados na área da saúde mental e psiquiatria, com uma evolução e ampliação muito significativas ao longo da sua história. Durante várias décadas integrou no seu modelo de cuidar a complementaridade de outras especialidades: radiologia, oftalmologia, cirurgia, laboratório de análises clínicas, otorrinolaringologia, estomatologia e ginecologia, permanecendo ainda estas duas últimas. Nas últimas décadas continua a evoluir ao nível da inovação clínica e terapêutica, e nas respostas integradas em saúde: reabilitação psicossocial, demências, cuidados paliativos, reabilitação global, lesão cerebral e pedopsiquiatria. A sua estrutura e equipas clínicas e técnicas de elevada competência têm contribuído para respostas cada vez mais diferenciadoras e especializadas em diversas áreas de saúde.

1921

Surge a 2ª fundação em Belas: Casa de Saúde de Santa Rosa de Lima (CSSRL). Esta unidade de saúde está direcionada para a área da psiquiatria geriátrica e reabilitação global, integrando a RNCCI com uma Unidade de Média Duração e Reabilitação.

1925

A 3ª unidade de saúde hospitaleira surge na Madeira: Casa de Saúde Câmara Pestana (CSCP), S. Gonçalo - Funchal. É uma unidade de saúde orientada para a psiquiatria geral, demência e reabilitação psicossocial, prestando cuidados/serviços de saúde, com diferentes respostas e intervenções, de curto, médio e longo internamento. Conta ainda com uma Unidade de Longa Duração no âmbito dos Cuidados Continuados.

1932

Em Braga surge a 4ª fundação: Casa de Saúde do Bom Jesus (CSBJ). É uma unidade de saúde orientada para a prestação de cuidados de saúde no âmbito da psiquiatria geral e saúde mental, reabilitação psicossocial, intervenções comunitárias de saúde mental e tratamento de comportamentos aditivos. Estas respostas situam-se em regime de internamento, ambulatório, área de dia e apoio domiciliário em saúde mental. Com uma nova estrutura física impulsionou-se uma reconfiguração da resposta assistencial ao nível do internamento e a estruturação da área de ambulatório, com diferentes intervenções especializadas.

Marca o início da 5ª fundação, à data Hospital Ortopédico da Parede, desde 1985: Centro Psicogeriátrico Nossa Senhora de Fátima (CPNSF). A sua missão específica orienta-se para a prestação de cuidados de saúde no âmbito da psiquiatria geriátrica e intervenção de reabilitação global.

1948

1950

Ano em que se realiza a 2ª fundação das Irmãs Hospitaleiras na Madeira e a 6ª no país, com a criação do Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família (CRPSF) - S. Roque - Funchal. É especificamente direcionado para a saúde mental da infância e adolescência, pedopsiquiatria, multideficiência, reabilitação psicopedagógica e educação especial.

1956

Neste ano realiza-se a 4ª fundação em Lisboa e a 7ª no país, com a criação da Clínica Psiquiátrica de S. José (CPSJ), uma unidade de saúde hospitaleira especialmente direcionada para a psiquiatria geral - curto e médio internamento, área de ambulatório e estruturas de reabilitação.

1959

A 8ª fundação é na zona centro do país - a Casa de Saúde Rainha Santa Isabel (CSRSI), em Condeixa-a-Nova. É uma unidade de saúde hospitaleira com uma ampla diversificação de respostas de saúde em psiquiatria, reabilitação e intervenção comunitária. Tem vindo a ampliar e especializar a área de ambulatório, oferecendo uma qualificada resposta.

1956

Em 1966 assinala-se o início da presença das Irmãs Hospitaleiras nos Açores, em S. Miguel. Em 1967 é inaugurada a Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição (CSNSC) - Ponta Delgada, uma unidade de saúde direcionada para a prestação de cuidados de psiquiatria em várias estruturas de internamento de longa duração e também consulta externa.

Em ano de 1º Centenário da Congregação em Portugal constitui-se a 12ª fundação, em terras originárias por onde S. Bento Menni terá entrado em Portugal para realizar a Restauração da Ordem Hospitaleira. Em 1994 nasce a Casa de Saúde Bento Menni (CSBM) - Guarda, uma unidade de saúde hospitaleira direcionada para a prestação de cuidados de psiquiatria geral e reabilitação, em regime de internamento, área de dia, ambulatório e intervenção comunitária.

1994

Respondendo a um convite da Diocese de Évora, o Instituto das IHSCJ faz-se presente em terras alentejanas assumindo a gestão do Centro de Recuperação de Menores D. Manuel Trindade Salgueiro (CRM) - Assumar. Esta unidade de saúde desenvolve a sua intervenção em psiquiatria da infância e adolescência, multideficiência e reabilitação psicopedagógica e consulta externa nas especialidades de psiquiatria e psicologia.

1968

A presença das Irmãs Hospitaleiras na Ilha Terceira surge neste ano com a Casa de Saúde do Espírito Santo - Angra do Heroísmo. Além da resposta de internamento na área da saúde mental e psiquiatria, esta unidade de saúde desenvolve uma área de dia de reabilitação ocupacional e profissional importante. Conta ainda com estruturas residenciais comunitárias de reabilitação psicossocial.

1.1.1 Natureza e Fins

O Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus (IIHSCJ) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) com fins de saúde, sob a forma de Pessoa Coletiva Religiosa (católica), instituída pela Província Portuguesa das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus.

Tem o seu registo definitivo em 08/07/1986 sob o n.º 2/86, no Livro 01 das Instituições com Fins de Saúde da Direção Geral da Segurança Social, e a sua Sede é na Rua Professor Luís da Cunha Gonçalves, nº 5 - 1º Esq., 1600-826 Lisboa.

Goza de personalidade jurídica canónica e civil nos termos da Concordata celebrada entre a Santa Sé e a República Portuguesa (2004), e tem os seus Estatutos atualizados e aprovados, em novembro de 2021.

O Instituto das Irmãs Hospitaleiras dedica-se à prevenção, promoção e proteção da saúde através da prestação de cuidados de medicina preventiva e curativa em psiquiatria e saúde mental, pedopsiquiatria, perturbações do neurodesenvolvimento, reabilitação e cuidados continuados e na prestação de cuidados ao nível da medicina paliativa.

1.2 Os Nossos Valores, Missão e Visão

Somos uma Instituição de saúde do setor social e a nossa atividade é orientada pelo compromisso de cuidar a vida com humanidade e qualidade, segundo os valores humanistas-cristãos, procurando que o bem que fazemos esteja configurado pelo bem-saber e bem-fazer no cuidado integral à pessoa. Neste dinamismo são importantes a dimensão axiológica de valores e identitária da Hospitalidade, integrando os avanços da ciência nas intervenções terapêuticas, de acordo com as melhores práticas, pois “na assistência à pessoa doente, ciência e humanidade complementam-se” segundo S. Bento Menni, fundador da Instituição.

VALORES

Os valores que nos orientam exprimem o nosso modo de ser institucional e têm a sua raiz no valor nuclear da Hospitalidade. A Hospitalidade consiste em oferecer espaço e tempo, atenção e cuidado, humanidade e recursos aos destinatários de nossa missão. A nossa Hospitalidade define-se em oito valores.

O Instituto diferencia-se pelo seu Modelo Assistencial e Pedagógico baseado na centralidade da pessoa, no respeito e defesa da sua dignidade, numa abordagem integral, personalizada e interdisciplinar, que tem por objetivo a sua reinserção na sociedade. Seguindo os progressos da ciência e as melhores práticas, desenvolvemos o trabalho em equipa e promovemos a participação dos diferentes atores da Comunidade Hospitaleira, contribuindo para o melhor cuidado à pessoa assistida.

MISSÃO

A missão da nossa Instituição encarna e expressa o carisma da Hospitalidade no acolhimento, assistência e cuidado especializado, preferencialmente às pessoas com doença mental e outras situações de sofrimento e maior vulnerabilidade.

Tudo orientamos para alcançar os melhores resultados, com qualidade clínica e técnica, humanidade, rigor científico e inovação, no respeito pela individualidade da pessoa, procurando a sustentabilidade e sendo capazes de atrair e reter os melhores colaboradores.

VISÃO

A visão do Instituto das Irmãs Hospitaleiras é ser uma Instituição de referência em saúde, na prestação de cuidados especializados em saúde mental e psiquiatria, que une ciência e humanidade no cuidado da pessoa.

SENSIBILIDADE EM RELAÇÃO AOS EXCLUÍDOS

A nossa Hospitalidade exprime uma sensibilidade especial em relação às pessoas mais carenciadas. A causa do outro torna-se nossa, num mundo que ainda estigmatiza o sofrimento psíquico.

SERVIÇO AOS DOENTES E NECESSITADOS

As pessoas doentes e mais frágeis ocupam o lugar central da nossa Instituição. São elas a razão de ser das nossas unidades de saúde hospitaleiras, o seu cuidado e atenção. Tudo, e todos, estamos ao seu serviço.

ACOLHIMENTO LIBERTADOR

A hospitalidade expressa-se no estilo de acolher, abrindo-se à realidade do outro. Nasce da vontade de aceitar um rosto novo, a pessoa e as suas vivências.

SAÚDE INTEGRAL

O nosso paradigma do cuidado integra todas as dimensões da pessoa numa visão humanista cristã, incorporando os progressos científicos e técnicos na atenção integral à pessoa.

QUALIDADE PROFISSIONAL

A qualidade é um objetivo institucional e abrange todas as áreas da organização. Cuidar bem exige-nos competência, qualificação, rigor e qualidade humana e profissional.

HUMANIDADE NA ATENÇÃO

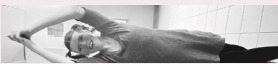
Concebemos a assistência como um encontro humano e dignificador. Nasce da cordialidade, no pleno respeito da pessoa, os seus direitos, a sua cultura, os seus valores, as suas convicções e a sua fé.

ÉTICA EM TODA A ATUAÇÃO

A Hospitalidade em exercício é em si mesma uma experiência ética fundamental e englobante da nossa missão. Exigimos de nós mesmos uma atuação ética em todos os campos e em todas as decisões.

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Consideramos fundamental desenvolver a consciência individual e coletiva de fazer parte da história hospitaleira e de todos sermos, de forma solidária, protagonistas do momento atual da Hospitalidade.



1.3 Enquadramento Estratégico

Do ponto de vista da envolvente externa, o ano de 2025 foi um ano em continuidade com o ano transato. Se por um lado se projetou um ambiente de maior estabilidade política, por outro, manteve-se a situação de conflito armado na Ucrânia e Médio Oriente com a consequente instabilidade dos mercados e o aumento do custo da matéria-prima essencial. A subida ao poder do Partido Republicano nos Estados Unidos da América cria um maior fator de indeterminação e uma maior volatilidade dos preços, com especial incidência no setor do medicamento e alimentar.

Na envolvente interna prefigura-se um aumento da estabilidade política a curto e médio prazo, estabilidade essa que se propaga ao próprio setor da saúde com a continuidade das responsabilidades políticas do setor. Apesar disso, assiste-se, a um aumento das dificuldades reais no setor público da saúde, com o continuado e agravado aumento da despesa pública, sem que se vislumbre uma melhoria da capacidade de resposta das instituições públicas da saúde. A expectativa de um aumento da colaboração intersectorial público, privado e social não dá passos consistentes pelo que, este setor da saúde continua a atravessar uma fase crítica e com enormes dificuldades.

A situação descrita em 2024 relativamente às dificuldades que o setor apresenta no incremento dos custos de RH, não só se manteve, como se agravou, em virtude do aumento do salário mínimo e do aumento dos encargos nas categorias de enfermagem.

A maior componente de custos das IPSS e outras instituições do setor social é relativa aos ativos humanos. Neste sentido, à melhoria das condições contratuais dos trabalhadores deve corresponder um aumento do financiamento público às instituições, de forma que possam continuar a realizar os fins complementares para que foram instituídas.

Além do financiamento às Instituições não acompanhar na mesma proporção os aumentos salariais, os aumentos no setor público têm provocado uma pressão adicional sobre a mobilidade dos colaboradores das instituições sociais, colocando assim em causa a qualidade e o volume de atividade que poderia e deveria ser por elas realizado.

Sendo o Estado o maior financiador das IPSS, a celebração de acordos de cooperação entre as diferentes entidades públicas e o IIHSCJ assume particular relevância.

Podemos, no entanto, afirmar que o ano de 2025 é positivo no ponto de vista da sustentabilidade integral da Instituição, nomeadamente: identidade, económico-financeira, recursos humanos, assistência hospitaleira e comunicação.

Na componente assistencial o ano em análise segue o padrão em continuidade com os anos anteriores, ou seja, uma elevada dependência do internamento e em particular das camas afetas ao SNS e um desempenho ainda incipiente no domínio do ambulatório e das ações de base comunitária. A taxa de ocupação de camas foi como sempre, quase total.

É de relevar a assinatura do acordo com a ACSS e a celebração de acordos com várias ULS na área da psiquiatria de agudos, ou seja, de curto e médio internamento.

A Comissão Técnica Assistencial iniciou um trabalho de sistematização de boas práticas assistenciais por linhas de atividade clínica. No ano 2025 desenvolvemos a linha de atividade Envelhecimento e Demências com definição das diferentes estruturas assistenciais, desde o ambulatório, ao internamento e à intervenção comunitária e domiciliária. Foi ainda dada prioridade à revisão do Formulário Terapêutico e iniciado o processo de implementação do Circuito do Medicamento.

Ao nível da Inovação & Investigação iniciamos uma parceria com a FIDMAG - Investigação das Irmãs Hospitaleiras Espanha no âmbito de participação em processos de investigação conjunta e uma parceria com a SINASE no âmbito de apoio a candidaturas a Fundos europeus fundamentais para consolidação da área assistencial e inovação. Destacamos a candidatura ao Programa HORIZON – 21 MINUTES -, liderada pelo IIHSCJ, contando com um consórcio europeu que integra institutos de investigação, universidades e outras entidades públicas e privadas.

Acresce neste domínio salientar que se realizaram encontros presenciais com as diferentes unidades de saúde hospitaleiras para sensibilizar para a Inovação & Investigação e o Instituto participou em dois projetos conjuntos com a FIDMAG ao nível de recolha de amostras para investigação experimental liderada pela FIDMAG.

Ao nível ainda da Inovação & Investigação registe-se a adoção de uma nova metodologia na procura de fontes de financiamento para implementação de novos projetos, a partir de manifestação de interesse das unidades de saúde hospitaleiras. Foi aprovada uma candidatura para ERASMUS+ que permitirá melhorar conhecimentos e saberes em articulação com diferentes instituições europeias nas áreas dos comportamentos aditivos, dos comportamentos alimentares, do envelhecimento e das demências.

Foram ainda consolidadas as Comissões de Ética para a Saúde das unidades de Saúde Hospitaleiras e dinamizado o grupo de bioética institucional de modo a desenvolver e a incrementar uma sensibilidade e conhecimento bioético na Instituição. Durante o ano 2025 desenvolvemos uma análise mais aprofundada sobre as questões relacionadas com as Diretivas Antecipadas de Vontade. Este trabalho está em desenvolvimento e terá um incremento no âmbito da formação e sistematização de práticas na intervenção clínica no internamento.

Ao nível da Identidade Institucional continuou-se o processo formativo CresSer com especial enfoque na formação das lideranças, dos membros dos Conselhos de Direção das Unidades de Saúde Hospitaleiras e sede do IHSCJ. Na sequência do acompanhamento dos processos referentes ao voluntariado e aos leigos hospitaleiros, destacamos a dinamização das jornadas institucionais de Leigos Hospitaleiros e de encontros institucionais de responsáveis de voluntariado e pastoral da saúde. Sublinhamos ainda a sistematização em manual dos valores hospitaleiros, iniciando este ano com o valor Acolhimento libertador melhorando e uniformizando as práticas no acolhimento de novos colaboradores nas unidades de saúde hospitaleiras.

Foi dada continuidade à presença da área da Pastoral da Saúde nos Planos Individuais de Intervenção, nomeadamente ao nível do levantamento das necessidades espirituais e seu acompanhamento.

No que respeita aos Sistemas de Informação deu-se início a um processo de reestruturação global das infraestruturas desta área nas unidades de saúde hospitaleiras e iniciou-se o projeto piloto para melhorar o processo do “Circuito do Medicamento”.

Ao nível da área da Comunicação foi dado início à reconfiguração da página web das Irmãs Hospitaleiras | Portugal de modo a melhorar a comunicação com o exterior e a possibilidade de facilitar a pesquisa ao nível das áreas de intervenção do Instituto, com a introdução de uma central única de marcação de consultas e contatos telefónicos.

Foi um ano de consolidação da Comissão Executiva do IHSCJ, com especial enfoque à regular periodicidade de reuniões temáticas e de resolução de problemas com definição de estratégias. Deu-se início ao grupo de acompanhamento à Obra Hospitaleira constituído por pessoas da comissão executiva e outros elementos sob a orientações dos princípios do Bom Governo e da Identidade Institucional.

1.3.1 O Setor da Saúde

Em 2025 o setor da saúde em Portugal continuou a atravessar um período de elevada complexidade, decorrente sobretudo da sua forte dependência do Estado e do setor público. Apesar do crescimento significativo do setor segurado privado, a estrutura central da saúde em Portugal continua a assentar num Serviço Nacional de Saúde universal e tendencialmente gratuito.

Embora o orçamento da saúde tenha aumentado, a ineficiência dos operadores públicos continuou a absorver grande parte desses recursos, sem que tal se traduzisse numa melhoria proporcional na prestação de cuidados de saúde pelas instituições do SNS. Em contraste, o setor privado manteve um crescimento sustentado.

O setor social, por sua vez, continua a enfrentar dificuldades estruturais, resultantes de atualizações insuficientes dos valores das prestações de serviços, que permanecem aquém do necessário.

A prevalência e incidência de fatores de risco e de morbilidades crónicas, tanto na população mais idosa como nos segmentos mais jovens, continuam a exigir políticas públicas robustas no domínio da saúde mental e no âmbito da doença crónica e incapacitante, bem como respostas concretas e eficazes para os problemas identificados.

Na população idosa verificou-se uma crescente necessidade de respostas integradas nas áreas do envelhecimento ativo, demências e cuidados de longa duração, exigindo uma articulação cada vez mais estreita entre os setores da saúde e da ação social. Simultaneamente, continuam a verificar-se insuficiências ao nível das respostas dirigidas à infância e adolescência, particularmente nas áreas da pedopsiquiatria, perturbações do neurodesenvolvimento e acompanhamento especializado da saúde mental juvenil.

Com cidadãos cada vez mais informados, exigentes e com maior literacia em saúde, cresce o escrutínio sobre a qualidade dos serviços prestados e sobre a conformidade destes com as orientações clínicas que os sustentam. Neste contexto tornou-se essencial reforçar os esforços para aumentar a notoriedade do IIHSCJ enquanto agente determinante na área da saúde mental e sofrimento psíquico em Portugal.

1.3.2 A Saúde Mental

A saúde mental tem ganho relevância no panorama da saúde global, mas continua subfinanciada e com reconhecimento insuficiente nas políticas públicas. Em Portugal, os Institutos Religiosos Hospitaleiros, assumem um papel central na resposta às necessidades crescentes da população, sobretudo na resposta às pessoas com doença mental e sofrimento psíquico de longa duração.

O IIHSCJ destaca-se como um dos principais operadores nacionais, disponibilizando mais de 3 000 camas de internamento nas 12 unidades de saúde com respostas técnicas especializadas, intervenção comunitária e uma atividade de ambulatório em expansão. A sua dimensão e capacidade tornam-no um ator determinante na definição e implementação das políticas de saúde mental.

As crescentes necessidades nesta área da saúde e o incremento de resposta integradas na Rede Nacional de Cuidados Continuados em Saúde Mental com apoios significativos na requalificação de estruturas físicas com o apoio do Plano de Recuperação e Resiliência. Contudo, este plano não se traduziu numa oportunidade efetiva, devido à elevada burocracia e aos prazos inadequados para projetos de elevada complexidade. Tivemos quatro projetos aprovados no âmbito do PRR que tivemos que abandonar por não conseguirmos cumprir as metas.

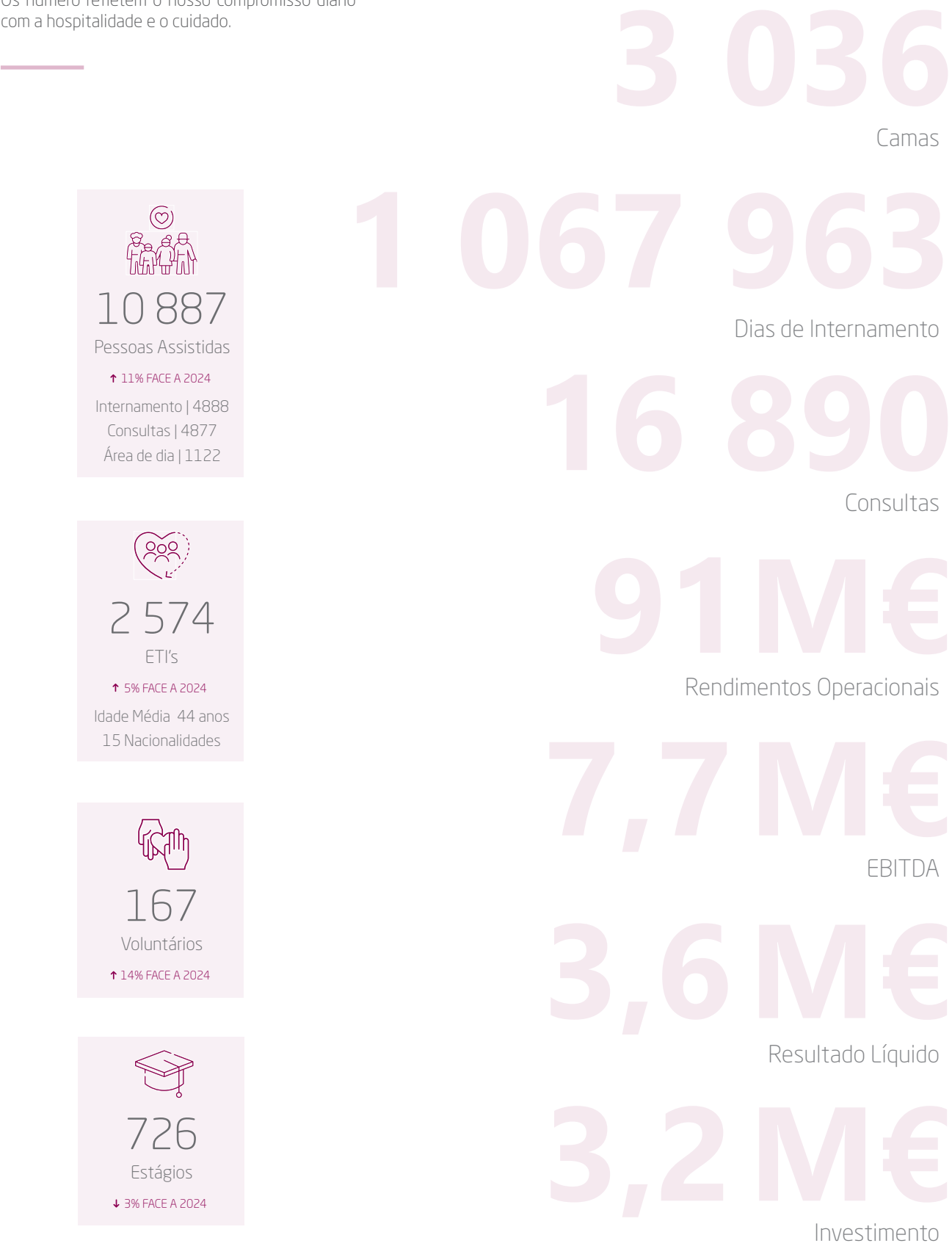
A saúde mental continua a representar apenas 2% do orçamento total da saúde, revelando um desinvestimento estrutural.

Prevê-se que a procura por cuidados de saúde mental continue a crescer, impulsionada pelo envelhecimento da população, pela maior consciencialização sobre a importância da saúde mental e pelos novos estilos de vida associados ao stress e à infodependência. A insuficiente capacidade de resposta do setor público deverá reforçar o papel do setor privado.

A oferta nacional de serviços inovadores e integradores permanece limitada, constituindo uma oportunidade estratégica, especialmente no desenvolvimento de modelos de ambulatório orientados para prevenção e continuidade de cuidados.

1.4 Principais Indicadores

Os números refletem o nosso compromisso diário com a hospitalidade e o cuidado.





1.5 Pessoas e Cultura Organizacional

1.5.1 Diversidade e Inclusão

Em 2025 o IIHSCJ manteve o compromisso com a promoção da igualdade de oportunidades, diversidade e inclusão, reconhecendo estes princípios como elementos essenciais para o fortalecimento da cultura organizacional e para a valorização das pessoas enquanto eixo central da atividade desenvolvida.

A valorização dos colaboradores, o investimento no seu desenvolvimento contínuo e a promoção de ambientes de trabalho assentes no respeito, equidade e participação continuam a constituir fatores fundamentais para o reforço do compromisso institucional, da motivação das equipas e da sustentabilidade organizacional.

O Instituto prosseguiu a implementação de práticas orientadas para a promoção do bem-estar, da participação e envolvimento dos seus colaboradores e da igualdade de oportunidades no acesso ao desenvolvimento profissional e progressão profissional, procurando assegurar condições de valorização ajustadas às competências, desempenho e responsabilidades de cada colaborador.

A diversidade existente nas equipas, marcada por diferentes percursos profissionais, experiências, culturas e perspetivas, continua a representar um desafio, sendo sobretudo, um fator enriquecedor para a organização e para a amplitude de respostas prestadas. Neste contexto, o Instituto reconhece a importância de promover modelos de liderança e gestão assentes na inclusão, na comunicação, na sinodalidade, no respeito mútuo e na valorização da diferença.

Ao longo de 2025, manteve-se igualmente o reforço numa cultura institucional orientada para a proximidade, criação de contextos de trabalho mais colaborativos, integração das equipas, corresponsabilização e compromisso com os valores do Projeto Hospitaleiro.

1.5.2 Desenvolvimento e Formação

O desenvolvimento contínuo das competências dos colaboradores tem sido um compromisso das lideranças no IIHSCJ e constitui-se como um eixo estratégico para o reforço da qualidade assistencial e da capacidade de resposta do Instituto. A qualificação técnica, científica e relacional das equipas continua a assumir um papel determinante na promoção de práticas alinhadas com os princípios institucionais e com as exigências crescentes dos contextos de intervenção.

A política de formação do Instituto assenta numa lógica de aprendizagem contínua e multidisciplinar, privilegiando modelos formativos integrados na prática profissional e orientados para a partilha de conhecimento, reflexão crítica e melhoria contínua dos processos de trabalho. A formação em contexto laboral continua a assumir particular relevância, permitindo consolidar competências técnicas e comportamentais ajustadas às necessidades concretas das equipas e dos serviços.

Durante o ano de 2025 foram dinamizadas diversas ações de formação e capacitação em áreas técnicas, assistenciais, organizacionais e comportamentais, com especial enfoque no desenvolvimento das lideranças, na melhoria dos processos internos, na segurança e qualidade dos cuidados e no reforço da identidade institucional.

O Instituto manteve igualmente a sua certificação pela DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, assegurando que toda a atividade formativa desenvolvida permanece alinhada com os referenciais de qualidade e exigência aplicáveis. Já no final do ano adquirimos uma plataforma de gestão de formação BT soft e a plataforma complementar

E-Learning, de modo a uniformizar os programas formativos nas diferentes unidades de saúde hospitalares, disponibilizando formações que podem ser efetuadas pelos profissionais, de acordo com a sua disponibilidade no seu horário de trabalho.

1.5.3 Saúde, Segurança e Bem-Estar

A promoção da saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores continuou a constituir, uma prioridade no âmbito da gestão de recursos humanos e da sustentabilidade organizacional do Instituto.

Ao longo do ano foram desenvolvidas e reforçadas medidas de prevenção e acompanhamento no domínio da segurança e saúde no trabalho, orientadas para a mitigação de riscos profissionais, prevenção de acidentes de trabalho e promoção de ambientes laborais mais seguros, saudáveis e adequados às exigências das diferentes funções e contextos assistenciais.

A monitorização dos fatores de risco psicossocial manteve-se igualmente relevante no apoio à gestão das equipas e à promoção do bem-estar organizacional. A análise dos resultados obtidos através dos instrumentos de avaliação de riscos psicossociais permitiu identificar áreas prioritárias de intervenção, apoiar a definição de medidas preventivas e reforçar estratégias promotoras de equilíbrio emocional, relacionamento interpessoal e qualidade do ambiente de trabalho.

O Instituto manteve uma política ativa de acompanhamento ativo e de análise dos acidentes de trabalho ocorridos, promovendo a implementação de medidas corretivas e preventivas orientadas para a redução da sinistralidade laboral e para a melhoria contínua das condições de segurança.

O investimento contínuo na saúde e segurança dos colaboradores reflete o compromisso institucional com a valorização das pessoas e com a criação de contextos de trabalho mais seguros, equilibrados e favoráveis ao desempenho das funções exercidas. Já no final do ano do ano tomamos a decisão de mudar de empresa de Segurança e Higiene no trabalho de modo a garantirmos maior acompanhamento, qualidade e segurança integral a todos os colaboradores.

1.5.4 Participação e Escuta

Em 2025 o Instituto continuou a promover uma cultura organizacional assente na participação, proximidade e valorização dos contributos dos colaboradores, reconhecendo a importância do envolvimento das equipas para a consolidação de ambientes de trabalho colaborativos e alinhados com os valores institucionais.

A promoção de práticas de escuta ativa e de participação regular dos colaboradores nos diferentes contextos organizacionais manteve-se como um elemento relevante para o fortalecimento do compromisso institucional, da corresponsabilização e do sentimento de pertença.

Os diferentes espaços formais e informais de partilha e diálogo continuaram a assumir um papel importante na identificação de oportunidades de melhoria, na aproximação entre equipas e lideranças e no reforço da comunicação interna.

As reuniões de equipa, momentos de acompanhamento e dinâmicas participativas desenvolvidas ao longo do ano contribuíram para fortalecer o alinhamento em torno dos objetivos institucionais, promovendo maior envolvimento dos colaboradores nas dinâmicas institucionais e na melhoria contínua das respostas prestadas pelo Instituto.

1.6 Sustentabilidade

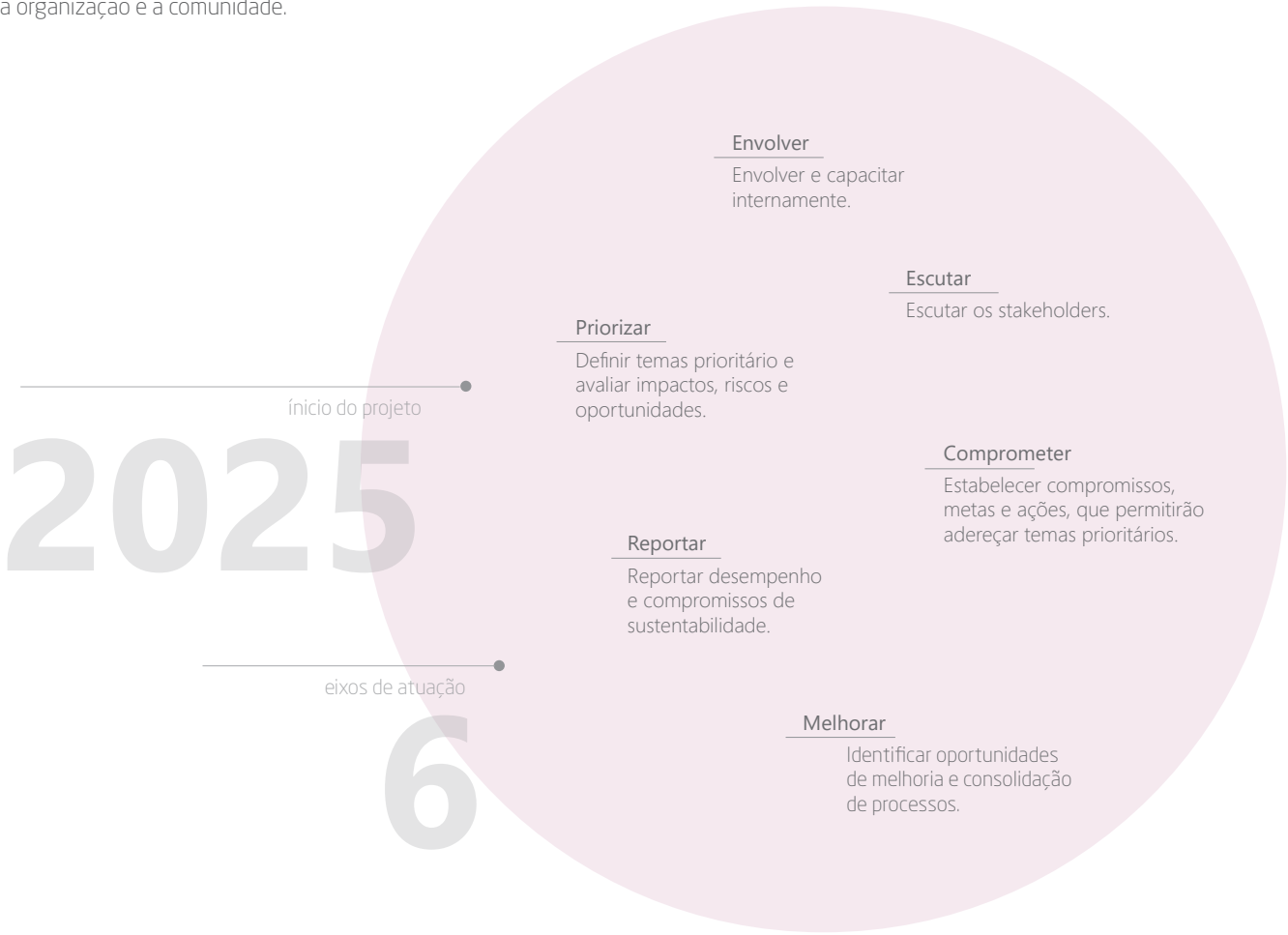
As organizações procuram programas de sustentabilidade para reduzir custos operacionais através da ecoeficiência, atrair e reter talento (sobretudo gerações mais jovens), cumprir exigências regulatórias rigorosas, e facilitar o acesso a financiamento, respondendo também à crescente exigência de consumidores e investidores.

A sustentabilidade é de facto um fator gerador de valor para as empresas e não alheio a isso, o Instituto decidiu iniciar em 2025 o seu projeto nesta área, mediante a realização de um diagnóstico de sustentabilidade.

A sustentabilidade, requer um compromisso transversal de todas as áreas institucionais, Recursos Humanos, Sistemas de Informação, Área Financeira, Serviços Assistenciais e Não Assistenciais; Governance e Identidade; Comunicação e Qualidade, que juntas deverão implementar boas práticas de sustentabilidade:

O nosso caminho para a sustentabilidade

A sustentabilidade é construída através de um compromisso contínuo com as pessoas, a organização e a comunidade.



1.7 Inovação

Projeto SER+

Treino de Competências Sociais e Emocionais na Reabilitação Psicossocial

Irmãs Hospitaleiras Câmara Pestana | Funchal

Os resultados obtidos com o projeto “Ser+” foram promissores e demonstraram melhorias significativas em diversas áreas, fornecendo dados importantes sobre os benefícios tangíveis do treino de competências emocionais e sociais no processo de reabilitação psicossocial.

Esta intervenção não só promoveu uma melhoria nas interações interpessoais, nas habilidades de resolução de problemas e na assertividade, como também contribuiu para o fortalecimento da autoestima, da autoconfiança e do autoconhecimento, facilitando significativamente o processo de reintegração social.

Animalis

Terapia Assistida por Animais em pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual.

Irmãs Hospitaleiras Lisboa

O Projeto ANIMALIS foi pensado como uma intervenção terapêutica não farmacológica que permitisse reduzir os episódios de agitação psicomotora das pessoas assistidas, ao mesmo tempo que lhes proporcionasse um enriquecimento ambiental, maior dinamismo e estímulo, tanto cognitivo como afetivo. O projeto foi premiado com uma bolsa para a cidadania da Roche em 2024.

AgeLab® Sintra - Laboratório da Longevidade

Projeto pioneiro no país dedicado à investigação e inovação no envelhecimento.

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

O AgeLab® Sintra nasceu para dar resposta aos desafios colocados pela longevidade e afirma-se como um verdadeiro Hub de Inovação, onde a investigação, a tecnologia e a colaboração interdisciplinar se unem para criar soluções pioneiras. O evento de inauguração contou com a presença de distintas personalidades, entre as quais se destacam o Exmo. Senhor Vereador Eduardo Quinta Nova, da Câmara Municipal de Sintra, a Dra. Maria Teresa Ramalho, Fidelidade – Responsabilidade Social, e a Dra. Paula Alves, Presidente da União de Freguesias de Queluz-Belas.

Este laboratório, que se pretende afirmar como um centro de referência nacional e internacional, está integrado na Área de Envelhecimento e Demências das Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra e representa um passo decisivo no nosso compromisso com a promoção de uma longevidade plena.

Ginásio Cerebral Sénior Comunitário® Lisboa

Irmãs Hospitaleiras Lisboa

Projeto destinado a promover a saúde cerebral, o envelhecimento ativo e o fortalecimento dos laços comunitários junto da população sénior.

Este projeto inovador, com impacto medido e validado, é uma intervenção multicomponente que procura promover comunidades mais saudáveis, fomentar a participação ativa da população sénior e fortalecer o sentimento de pertença nos territórios onde é desenvolvido.

1.8 Investigação e Conhecimento

Exercogs®: Technology Solution Applied in Dementia Prevention

European Psychiatry – Abstract Supplement (EPA2025)

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

Este estudo científico tem como objetivos criar e validar 4 Exercogs® (utilizando gamificação) para uma plataforma de realidade aumentada e validar um programa de prevenção da demência que gere benefícios para a saúde utilizando Exercogs®.

Foram observados benefícios notáveis para a saúde entre os usuários, particularmente na função cognitiva e na qualidade de vida. O uso de tecnologias em intervenções de saúde gera altos níveis de adesão e motivação entre idosos, bem como entre profissionais de saúde. O Exercogs® é uma solução tecnológica promissora que utiliza a gamificação com suporte clínico para prevenir a demência.

Contribuidores IH: Carla Pombo; Pedro Varandas, Cátia Gameiro, Beatriz Lopes, Beatriz Freitas, Sofia Rosado.

<https://www.cambridge.org/core/journals/european-psychiatry/article/exercogs-technology-solution-applied-in-dementia-prevention/042E5499E151E02B39396583C39A752B>

Characterization of Antidepressant Consumption in a Portuguese Inland Population

Irmãs Hospitaleiras Guarda

O artigo analisa o consumo de antidepressivos na região da Beira Interior, identificando padrões de prescrição e os principais desafios no tratamento da depressão em populações do interior do país. O estudo evidencia a necessidade de estratégias terapêuticas individualizadas e de uma maior monitorização clínica, promovendo uma resposta mais humanizada e eficaz no tratamento da saúde mental.

Este estudo de investigação foi desenvolvido em parceria com a Universidade da Beira Interior, o Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira e a Unidade Local de Saúde da Guarda, integrando investigadores das Irmãs Hospitaleiras Guarda e reforçando o papel das Irmãs Hospitaleiras na promoção da investigação científica aplicada à prática clínica.

Contribuidores IH: António Pissarra da Costa, Telma Chaves, Rita Valente, Fábio Duarte, Susana Pacheco, Marco Martins, Kátia Dias, Patrícia Costa e Rui Costa.

<https://www.mdpi.com/3477374>

Chromatographic determination of antidepressants in plasma and saliva – Towards non-invasive therapeutic monitoring

Irmãs Hospitaleiras Guarda

O artigo apresenta uma metodologia inovadora que permite monitorizar os níveis de antidepressivos de forma não invasiva, através da saliva. Este avanço representa uma ferramenta promissora para otimizar a terapêutica e melhorar o acompanhamento dos doentes, tornando o processo mais simples, seguro e adaptado à realidade clínica.

Este estudo de investigação foi desenvolvido em parceria com a Universidade da Beira Interior, o Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira e a Unidade Local de Saúde da Guarda, integrando investigadores das Irmãs Hospitaleiras Guarda e reforçando o papel das Irmãs Hospitaleiras na promoção da investigação científica aplicada à prática clínica.

Contribuidores IH: António Pissarra da Costa, Telma Chaves, Rita Valente, Fábio Duarte, Susana Pacheco, Marco Martins, Kátia Dias, Patrícia Costa e Rui Costa.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1570023225003368>

Implementação da assistência espiritual: exemplo de um caso

Universidade Católica Editora

Irmãs Hospitaleiras Portugal

Artigo que integra a Obra Espiritualidade e Enfermagem: Uma Abordagem Integral no Cuidado em Saúde, que está a ser organizada pela Faculdade de Ciências da Saúde e Enfermagem da UCP.

Esta obra reúne conteúdos e autores que promovem uma reflexão profunda e atualizada sobre a inclusão da espiritualidade em enfermagem e no cuidado em saúde integral. Partindo de fundamentos científicos, éticos e humanos, o livro propõe uma compreensão holística do ser humano e do cuidar, contribuindo para a formação de profissionais de saúde mais conscientes da importância da dimensão espiritual nos contextos complexos da prática assistencial.

Autores IH: Cláudia Antunes, Paulo Paiva

Cuidado Espiritual em Contexto de Saúde Mental

Universidade Católica Editora

Irmãs Hospitaleiras Portugal

Este manual é uma ferramenta essencial para os profissionais de saúde que lidam com as pessoas com doença mental e com os seus familiares ou cuidadores. Ele inclui tópicos relevantes, como conceito de espiritualidade, a relação entre espiritualidade e saúde mental, cuidado espiritual, competências para o cuidado espiritual, necessidades orientadoras do cuidado espiritual, avaliação para o cuidado espiritual, intervenções que integram o cuidado espiritual e outras intervenções que integram o cuidado espiritual hospitalareiro.

Autores IH: Cláudia Antunes, Paulo Paiva

1.9 Reconhecimento e Distinções

Exercogs®

TOP Health Awards 2025 – 1º Prémio, Tecnologia e Dados ao Serviço da Saúde

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

As Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra foram distinguidas nos TOP Health Awards, vencendo na categoria “Tecnologia e Dados ao Serviço da Saúde”, com o inovador projeto Exercogs®. Este prémio reconhece o impacto significativo do projeto na promoção do envelhecimento ativo e na prevenção da demência, bem como a capacidade de aliar tecnologia e humanização para uma longevidade mais plena.

Os TOP Health Awards são uma distinção de excelência no setor da Saúde em Portugal, premiando as iniciativas que mais se destacam na inovação e no impacto positivo na vida das pessoas. A cerimónia decorreu na Associação Comercial de Lisboa, contando com a presença da Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, assim como de representantes dos setores público, privado e social, profissionais de saúde e académicos.

<https://medjournal.pt/2025/03/28/irmas-hospitaleiras-idanha-sintra-vencem-top-health-awards-na-categoria-tecnologia-e-dados-ao-servico-da-saude-com-o-projeto-exercogs/>

Medalha de Serviços Distintos - Grau Ouro

Atribuída pelo Ministério da Saúde

Irmãs Hospitaleiras Portugal

Esta distinção, a mais alta condecoração atribuída pelo Ministério da Saúde, é um reconhecimento público e nacional ao trabalho que realizamos há mais de 130 anos, ao serviço das pessoas, especialmente das mais vulneráveis, promovendo uma saúde com ciência, com humanidade e com coração.

A cerimónia contou com a presença do Senhor Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, da Senhora Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, da Diretora-Geral da Saúde, Rita Sá Machado, e de representantes de várias instituições de referência no setor.

A todas as pessoas que fazem parte desta missão: esta distinção é vossa. Celebramos convosco. Continuamos, juntos.

<https://www.youtube.com/live/pg1uhFTZigQ>

Prémio ASPESM

Irmãs Hospitaleiras Portugal

A Irmã Paula Carneiro, Presidente do Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, foi distinguida pela Associação Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (ASPESM), na Entrega de Prémios de Reconhecimento em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica, uma iniciativa que valoriza o mérito, a inovação e a excelência na prática e no ensino da enfermagem especializada em saúde mental.

O prémio atribuído é também um reconhecimento do percurso e do contributo das Irmãs Hospitaleiras no desenvolvimento da Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica em Portugal, promovendo um cuidado cada vez mais integral, humanizado e centrado na pessoa.

Ginásio Cerebral Sénior: impacto de uma intervenção multicomponente comunitária

Prémio de Melhor Comunicação Oral - XIX Congresso Nacional de Psiquiatria

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

Este reconhecimento, atribuído pela Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental, destaca a excelência do trabalho apresentado. Um prémio que reflete o compromisso contínuo da Instituição com a inovação e a promoção da saúde mental e cognitiva na comunidade sénior.

1.10 Eventos e Encontros

Encontro de Reflexão Estratégica

Dinamização da Estratégia de Inovação e Desenvolvimento.

Irmãs Hospitaleiras Portugal

Um espaço dedicado à inovação, à investigação e à procura de novos caminhos no desenvolvimento dos cuidados em saúde mental. Envolvendo especialistas, investigadores e profissionais das unidades de saúde hospitalareiras, este encontro permitiu aprofundar o conhecimento, partilhar projetos pioneiros e identificar novas oportunidades para expandir e reforçar a nossa missão no futuro

Um dos momentos enriquecedores foi a presença da Dra. Edith Pomarol-Clotet, diretora da FIDMAG Research Foundation e CIBERSAM, que partilhou connosco as linhas de investigação em curso e os projetos inovadores da instituição. A sua intervenção desafiou-nos a olhar para o futuro com ambição e a reforçar a colaboração no desenvolvimento de soluções que possam ter um impacto real na vida das pessoas.

I Congresso Nacional de Prestadores de Cuidados Continuados Integrados em Saúde Mental

Irmãs Hospitaleiras Condeixa

O tema do congresso, “Your Life Matters!”, é um convite para que todos nós possamos repensar na forma como podemos contribuir para a recuperação global da pessoa, promovendo a sua reabilitação, autonomia e melhorando a sua funcionalidade, com vista à sua reintegração sociofamiliar e profissional, sempre com o foco na sua dignidade.

O evento realizou-se num formato inovador, apostando na participação ativa de todos os prestadores integrados na

RNCCISM, com objetivo de promover momentos de reflexão, partilha de experiências e de boas práticas na área de reabilitação psicossocial.

Juntos vamos construir o compromisso de tentar!... mais uma vez!... construir um caminho de reabilitação, esperança, apoio e transformação.

8.º Encontro de Saúde Mental na Infância e Adolescência

Dedicado ao tema das Perturbações do Comportamento Alimentar (PCA).

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

Falar de saúde mental nos mais jovens é reconhecer a importância dos seus mundos interiores, da sua voz e da sua experiência. É também reforçar a urgência de um cuidado atento, informado e sensível, que promova não apenas a recuperação clínica, mas também a dignidade e o bem-estar de cada pessoa.

Na missão das Irmãs Hospitaleiras, cuidar é mais do que tratar. É escutar, acolher e acompanhar, com ciência, humanidade e hospitalidade. Este encontro reflete esse mesmo compromisso com uma saúde que transforma vidas desde cedo e para sempre.

Fórum de Reflexão e Debate sobre Recursos Humanos

Irmãs Hospitaleiras Portugal

Encontro dedicado à partilha de boas práticas, desafios e visões estratégicas na gestão de pessoas no setor da saúde, contou com a participação de três oradores convidados, reconhecidos líderes nas suas áreas: Dr.ª Maria de Fátima Portulez, membro do Executive Board da Trivalor SGPS, Dr. José Luís Carvalho, Diretor de Recursos Humanos da CUF e Dr. Luís Drummond Borges, Board Member da Lusíadas Saúde.

Para as Irmãs Hospitaleiras, refletir sobre Recursos Humanos é refletir sobre a missão. Ao promovermos este encontro, reafirmámos o nosso compromisso com uma cultura organizacional que cuida de quem cuida, onde cada colaborador é reconhecido como parte essencial de um projeto maior, feito de hospitalidade, ciência e humanidade.

No Stress Braga

Apresentação Pública

Irmãs Hospitaleiras Braga

Esta iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social, apoiada pela Portugal Inovação Social, através de Fundos da União Europeia e pelo Município de Braga, enquanto investidor social, apresentou o programa de Saúde Mental dirigido a crianças, encarregados de educação e professores, intitulado, No Stress Braga.

Este projeto tem por objetivo principal promover, prevenir e intervir em Saúde Mental em crianças em situação de vulnerabilidade e que decorrerá até dezembro de 2027, nas escolas de ensino básico do concelho de Braga. O programa irá abranger mais de 1200 crianças e conta com a colaboração de diversos parceiros estratégicos, entre os quais o Município de Braga e os Estabelecimentos de Ensino Básico do concelho de Braga.

18.ª edição da Gimnorecreativa de Praia

Praia de Santo Amaro de Oeiras

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

Este ano, a Gimnorecreativa teve como tema a “Sustentabilidade”, lembrando que cuidar da casa comum, o nosso planeta, é também uma forma de cuidar uns dos outros. Ao unir prática desportiva, inclusão e responsabilidade ambiental, celebrámos a vida em comunidade e o valor da diferença.

A iniciativa, que resulta da sólida parceria entre as Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra e o Instituto São João de Deus Telhal, contou com a presença da Vereadora do Desenvolvimento Social, Saúde e Responsabilidade Social, Câmara

Municipal de Oeiras, Dra. Teresa Bacelar Teixeira.

Inserida nas atividades do grupo Inter-Centros, que reúne 43 instituições empenhadas em dinamizar ações lúdi-co-desportivas inclusivas, a Gimnorecreativa de Praia é já uma tradição na Grande Lisboa, reconhecida pelo ambiente de alegria, partilha e integração que a caracteriza.

Para as Irmãs Hospitaleiras, este evento é expressão concreta da missão de cuidar e promover a dignidade da pessoa em todas as suas dimensões, valorizando a inclusão como caminho de futuro.

Assembleia de Leigos Hospitaleiros

Irmãs Hospitaleiras Portugal

Sob o tema “Identidade de Leigo Hospitaleiro”, a assembleia é um espaço de encontro para os homens e mulheres que, lado a lado com as Irmãs, partilham a missão de viver e difundir a hospitalidade, em especial junto de quem mais sofre. Com mais de 20 anos de caminho em Portugal, os Leigos Hospitaleiros são hoje presença viva da responsabilidade na missão.

Este encontro é também um momento de preparação para a celebração dos 25 anos dos Leigos Hospitaleiros em Portugal, a assinalar em 2027, e um passo importante para reforçar o compromisso de ser fermento de hospitalidade no mundo.

Despertar para a Igualdade

Irmãs Hospitaleiras Assumar

Com o tema “Desafios e Boas Práticas na Promoção da Igualdade em Saúde Mental”, o encontro pretende criar um espaço de diálogo, partilha e reflexão sobre estratégias de intervenção junto de pessoas com perturbações da personalidade e alterações de comportamento, promovendo uma resposta mais inclusiva, justa e eficaz.

Este workshop, inserido no âmbito do CLDS Monforte, reforça o compromisso das Irmãs Hospitaleiras em promover o cuidado integral da pessoa, defendendo a dignidade, a igualdade e a hospitalidade em cada gesto.

Princípios da Bioética na Saúde Mental e a problemática da Inteligência Artificial

Reflexão sobre desafios éticos na saúde mental.

Irmãs Hospitaleiras Guarda

Espaço de debate e reflexão sobre a forma como a tecnologia pode transformar os cuidados em saúde mental e os dilemas éticos que daí emergem.

Mais do que falar de inovação, este encontro pretende colocar no centro a dignidade da pessoa e a importância de garantir que a ciência, a ética e a hospitalidade caminham juntas.

Seminário Espiritualidade e Saúde Mental

Reflexão sobre o cuidado integral

Irmãs Hospitaleiras Lisboa

Num contexto em que os desafios da saúde mental têm crescido de forma significativa, este seminário reforça a necessidade de reconhecer a espiritualidade como parte essencial da experiência humana, podendo ser uma força mobilizadora em processos de cura, reconciliação interior e transformação pessoal.

O evento contou com a parceria da Escola de Enfermagem, da CADOS – Programa Desenvolvimento Humano Integral e da Faculdade de Ciências da Saúde e Enfermagem da Universidade Católica Portuguesa.

1.11 Momentos que Marcaram 2025

Acordo de Cooperação na área da Saúde Mental
Irmãs Hospitaleiras Portugal

A Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS) e as Irmãs Hospitaleiras assinaram um novo Acordo de Cooperação que reforça a resposta nacional na área da Saúde Mental.

A cerimónia foi presidida pela Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, com a presença da Secretária de Estado da Gestão da Saúde, Cristina Vaz Tomé, do Presidente do Conselho Diretivo da ACSS, André Trindade, e da Presidente da Direção do Instituto das Irmãs Hospitaleiras, Paula Carneiro.

Com este acordo, mais de 1.500 utentes com doença mental crónica continuarão a receber cuidados especializados nas unidades de saúde hospitaleiras, que passam a integrar formalmente a rede nacional de prestação de cuidados de saúde mental, em complementaridade com o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Representa, assim, um compromisso com a continuidade e a qualidade dos cuidados prestados na área da saúde mental.

Aos nossos colaboradores, irmãs e voluntários, o nosso sincero obrigado. Juntos, estamos a construir um futuro mais justo, humano e inclusivo para todos.

Reflexão sobre a Demência no Setor Social e Integração com a Saúde
Comissão Executiva do Plano Nacional da Saúde para as Demências

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

Com o objetivo de apresentar boas práticas integrativas nos setores social e da saúde, bem como a construção de uma proposta inicial de um plano de respostas integradas para a demência, as Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra marcaram presença neste workshop, a convite do Dr. Manuel Caldas de Almeida, para apresentar o trabalho desenvolvido ao longo de duas décadas nesta área.

Estiveram presentes no encontro a Secretária de Estado da Gestão da Saúde, Cristina Vaz Tomé, a Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, o Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Pedro Pimpão, e o Coordenador da Comissão Executiva do Plano Nacional da Saúde para as Demências, Manuel Caldas de Almeida, acompanhado pela sua equipa.

A presença das Irmãs Hospitaleiras neste encontro sublinha o seu empenho na inovação dos cuidados prestados a pessoas com demência e na promoção de soluções integradas entre os setores da saúde e da ação social.

Visita do Patriarca de Lisboa
Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

D. Rui Valério, Patriarca de Lisboa, na sua visita à Casa de Saúde da Idanha reforça a importância da humanização nos cuidados de saúde, num gesto de proximidade e reconhecimento pelo trabalho das Irmãs Hospitaleiras, que há 130 anos cuidam dos mais frágeis em Portugal.

Ao longo da visita, D. Rui escutou atentamente o testemunho de quem dá corpo à missão hospitaleira, e sublinhou a importância de uma saúde profundamente humanizada – aquela que reconhece e cuida da pessoa integralmente.

Comemorações do centenário das Irmãs Hospitaleiras Câmara Pestana | Funchal
100 anos ao serviço da saúde mental na Região Autónoma da Madeira

Irmãs Hospitaleiras Câmara Pestana | Funchal

Peça de teatro “Elas chegaram...” – este evento marca oficialmente o início das comemorações com a encenação da chegada das Irmãs Hospitaleiras à Madeira, interpretada pelo Grupo de Teatro Sem Filtros. Baseado em documentos históricos e testemunhos, “Elas chegaram...” reconstrói a narrativa da fundação da Congregação das Irmãs Hospita-

leiras em Espanha, em 1881, e o desafio aceite pelas seis primeiras Irmãs que, em 1925, desembarcaram na Madeira para transformar o então Manicómio Câmara Pestana num verdadeiro espaço de cuidado, dignidade e hospitalidade.

Exposição “Memoriae et Humanitas” – uma mostra fotográfica e documental que celebra os 100 anos de história das Irmãs Hospitaleiras Câmara Pestana | Funchal, e homenageia o legado da missão hospitaleira no cuidado à saúde mental na região. Com curadoria do artista plástico Diogo Goes, esta exposição convida a um percurso visual e emocional pela memória viva da Casa de Saúde Câmara Pestana e das muitas pessoas que fizeram parte desta história centenária – Irmãs, colaboradores, utentes, parceiros e comunidade.

3.ª Edição da Summer Academy of Spirituality and Health (SASH)
Promoção da abordagem integral no cuidado em saúde mental.

Irmãs Hospitaleiras Portugal

Evento organizado pelo Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde (CIIS) e pela Faculdade de Ciências da Saúde e Enfermagem da Universidade Católica Portuguesa, em colaboração com diversos parceiros, entre os quais as Irmãs Hospitaleiras, enquanto entidade promotora de uma abordagem integrada da saúde, centrada na pessoa.

A nossa participação nesta iniciativa reflete o compromisso com um modelo assistencial e pedagógico que reconhece a espiritualidade como dimensão essencial no cuidado. Um cuidado personalizado, interdisciplinar e profundamente humano, que valoriza a dignidade de cada pessoa, aliando conhecimento científico, escuta ativa e presença compassiva, promovendo a inclusão e a reintegração social.

ExerCogs® – Inovação Tecnológica no Envelhecimento e Demência
NICE Talks – Universidade Católica Portuguesa

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

Esta comunicação abordou o desenvolvimento dos ExerCogs®, uma ferramenta tecnológica que alia a estimulação cognitiva, a atividade física e a interação social numa mesma atividade.

Foi destacada a importância do processo colaborativo, clínica e academia, na criação dos jogos, o processo de desenvolvimento tecnológico, bem como o impacto da sua aplicação na promoção do envelhecimento ativo e prevenção da demência.

<https://fcse.lisboa.ucp.pt/pt-pt/eventos/nicetalks-neuropsicologia-demencia-e-envelhecimento-49641>

App “21 Minutos”

Candidatura a solução digital inovadora na área da saúde mental, desenvolvida em parceria com a Universidade Nova, promovendo a literacia e autorregulação emocional.

Irmãs Hospitaleiras Portugal

«21 MINUTOS» é a materialização de um framework que procura sustentar um ecossistema assistencial digital para a saúde mental articulando vários níveis de intervenientes, especializados e de referência no mercado — desde profissionais de saúde aos cuidadores informais, a parceiros tecnológicos — colocando a Pessoa Assistida no centro da resposta.

Responsabilidade

Inovação

Transparência

Qualidade

Sustentabilidade

2. Relatório de Gestão

2.1 Enquadramento Macroeconómico

Em 2025 a economia portuguesa apresentou um desempenho positivo, embora em desaceleração face aos anos anteriores, com o Produto Interno Bruto (PIB) a crescer cerca de 1,9%, num contexto internacional marcado pelo abrandamento económico na Europa e pela manutenção de alguma incerteza geopolítica.

A inflação registou uma desaceleração significativa ao longo do ano, situando-se em torno de 2,3%, refletindo a normalização gradual dos preços da energia e dos bens alimentares. Esta evolução permitiu alguma recuperação do poder de compra das famílias e uma maior previsibilidade nos custos operacionais.

O consumo privado continuou a ser um dos principais motores da atividade económica, sustentado pelo aumento do rendimento disponível, pela melhoria da confiança dos consumidores e pela redução gradual da pressão inflacionista.

No mercado de trabalho Portugal manteve níveis de desemprego historicamente baixos, refletindo a resiliência da economia e a forte procura de mão de obra em diversos setores de atividade, nomeadamente na saúde. No entanto, a escassez de profissionais qualificados e a pressão sobre os salários continuaram a representar desafios para as empresas e consequentemente para o Instituto.

O investimento empresarial e a execução de fundos comunitários continuaram igualmente a contribuir para o crescimento económico nacional.

Pessoas

Impacto

Gerimos recursos. Criamos impacto. Cuidamos pessoas.

2.2 Atividade e Resultados

Analisando a performance operacional e financeira do IIHSCJ a 31 de dezembro de 2025, comparativamente ao exercício de 2024, elencam-se os seguintes pontos:

- Os rendimentos operacionais consolidados (vendas e prestações de serviços, subsídios, doações e legados à exploração e outros rendimentos) ascenderam a cerca de 91 milhões de euros em 2025, face a aproximadamente 86 milhões de euros em 2024, representando um crescimento global de cerca de 6%. Esta evolução foi impulsionada sobretudo pelo aumento da atividade assistencial, pela atualização das diárias de internamento no Continente no âmbito do novo Acordo celebrado com o SNS (Sistema Nacional de Saúde) / ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde, IP) e pelo ajustamento das diárias de internamento na Região Autónoma da Madeira.
- A rubrica de vendas e serviços prestados registou um aumento de cerca de 5,3 milhões de euros, atingindo aproximadamente 87,8 milhões de euros em 2025, o que corresponde a um crescimento de 6% face ao exercício anterior. Esta evolução reflete a consolidação da atividade assistencial desenvolvida pelo Instituto, e do crescimento de novas atividades.
- Os subsídios, doações e legados à exploração apresentaram uma redução de cerca de 6%, totalizando aproximadamente 1,2 milhões de euros em 2025, refletindo a diminuição de apoios extraordinários registados em 2024 e que esperamos voltar a reforçar em parcerias nos próximos anos:
- O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas aumentou cerca de 4%, acompanhando o crescimento da atividade operacional e dos consumos associados à prestação de cuidados e serviços, tal como ao aumento de preços essencialmente de medicamentos, dispositivos médicos e material de manutenção e conservação;
- A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentou um crescimento de cerca de 3%, situando-se em aproximadamente 16,2 milhões de euros em 2025, refletindo o aumento dos custos de funcionamento, aquisição de serviços especializados, conservação e reparação, serviços de restauração e outros serviços de apoio operacional;
- Os gastos com o pessoal registaram o aumento mais significativo da estrutura de custos, ascendendo a cerca de 57,7 milhões de euros em 2025, face a 51,6 milhões de euros em 2024, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 12%. Esta evolução decorre da continuidade das medidas de valorização salarial, do reforço das equipas assistenciais e técnicas, do aumento dos encargos sociais e da necessidade de retenção de profissionais especializados num contexto de crescente complexidade clínica e social dos utentes acompanhados;
- O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) atingiu cerca de 7,7 milhões de euros em 2025, comparativamente a 9,8 milhões de euros em 2024, representando uma redução de aproximadamente 22%. Apesar desta evolução negativa, o Instituto manteve uma capacidade operacional positiva, num contexto de forte crescimento dos custos operacionais e de reforço do investimento na qualidade assistencial, recursos humanos e modernização das respostas desenvolvidas;
- As depreciações e amortizações aumentaram cerca de 5%, refletindo a continuidade dos investimentos realizados ao nível das infraestruturas, equipamentos clínicos, modernização tecnológica e requalificação das unidades assistenciais;
- O resultado líquido do exercício fixou-se aproximadamente em 3,6 milhões de euros em 2025, face a cerca de 5,9 milhões de euros registados em 2024. Embora inferior ao exercício anterior, o resultado mantém-se positivo e demonstra a capacidade do Instituto em assegurar a sustentabilidade da sua atividade, manter níveis adequados de equilíbrio financeiro e prosseguir a política de investimentos, modernização dos sistemas de informação e a continuidade dos investimentos estratégicos.

Ao nível da posição financeira consolidada, o balanço do Instituto continua a evidenciar uma estrutura patrimonial globalmente sólida e equilibrada. Os fundos patrimoniais ascenderam a cerca de 82,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, reforçando a autonomia financeira e a estabilidade institucional do IIHSCJ.

Verificou-se igualmente uma redução do passivo não corrente, particularmente ao nível dos financiamentos obtidos, refletindo a política prudente de gestão financeira e o esforço de consolidação da sustentabilidade económico-financeira do Instituto.

Os indicadores financeiros do IIHSCJ durante o exercício de 2025 continuam, contudo, a evidenciar desafios relevantes ao nível do equilíbrio financeiro estrutural, num contexto marcado:

- pelo crescimento sustentado dos custos com pessoal;
- pela necessidade contínua de reforço das equipas técnicas e assistenciais;
- pela crescente complexidade dos cuidados prestados;
- pelo aumento dos encargos operacionais associados à atividade;
- pela necessidade permanente de investimento na conservação e modernização das infraestruturas, equipamentos e sistemas de informação.

Neste enquadramento, o Instituto continuará a privilegiar uma gestão prudente e sustentável dos recursos disponíveis, procurando assegurar simultaneamente:

- a qualidade e humanização dos cuidados prestados;
- a sustentabilidade económico-financeira;
- a valorização dos recursos humanos;
- a modernização das respostas assistenciais;
- e a continuidade da missão hospitaleira desenvolvida junto das pessoas com doença mental e das suas famílias.

2.2.1 Desempenho Operacional

No ano de 2025, na área assistencial, destaca-se a assinatura do novo Acordo com a ACSS, em março, atualizando o enquadramento existente desde 1983 com o SNS, até então desajustado à realidade atual da saúde mental em Portugal.

Este novo Acordo permite ao IIHSCJ uma integração mais complementar no Sistema Nacional de Saúde, introduzindo numa primeira fase a diferenciação dos utentes por níveis de complexidade clínica e prevendo um ajustamento gradual dos valores das diárias de internamento, mais alinhado com a estrutura de custos efetiva e com a pressão contínua decorrente do aumento dos custos salariais e das restantes categorias profissionais da área da saúde.

Contudo, este novo enquadramento não teve impacto direto no aumento da atividade assistencial do Instituto, tendo em conta as elevadas taxas de ocupação já verificadas nos últimos anos.

Assim, a continuidade do crescimento da atividade do Instituto verificou-se sobretudo através do aumento do número de dias de internamento e da maior complexidade clínica dos casos acompanhados, traduzindo-se em internamentos mais prolongados e numa menor rotatividade de utentes.

Verificou-se uma consolidação da diversificação da atividade assistencial, com crescimento nas áreas de ambulatório, psiquiatria de intervenção, apoio domiciliário nas áreas da psiquiatria e demências, respostas integradas na comunidade e hospitais de dia.

O Instituto manteve igualmente o seu compromisso estratégico de diversificação da atividade em áreas complementares da saúde mental, reforçando a integração na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados em Saúde Mental (RNCCISM), o desenvolvimento de estruturas comunitárias de apoio ao envelhecimento ativo e os programas de capacitação dos utentes para uma vida mais autónoma e integrada na comunidade.

O IIHSCJ dispõe de uma capacidade instalada de 3 036 camas de internamento, distribuídas da seguinte forma:

2 727 Psiquiatria e Saúde Mental – internamento e estruturas de reabilitação;

309 Reabilitação Psicossocial, Cuidados Paliativos e Cuidados Continuados.

Em 2025 foi igualmente reforçada a capacidade de resposta na área da psiquiatria de curto internamento, através da abertura de um novo piso da Unidade de S. Rafael, na Clínica Psiquiátrica de S. José, em Lisboa.

	Taxa de Ocupação		
	2025	2024	%
Continente	94,30%	94,60%	-0,30%
Madeira	100,00%	100,00%	0,00%
Açores	99,63%	99,61%	0,02%
Total (média)	97,98%	98,07%	-0,09%

A evolução da taxa de ocupação, particularmente no Continente, continuou a refletir o comportamento das unidades de curto internamento e lesão cerebral, áreas onde subsiste ainda a necessidade de reforço da notoriedade e divulgação das respostas especializadas disponibilizadas pelo Instituto.

Neste contexto, manteve-se o investimento no reforço da comunicação institucional e na promoção da atividade desenvolvida, procurando aumentar a notoriedade dos serviços e estimular a procura destas respostas diferenciadas. Paralelamente, continuaram a ser desenvolvidas parcerias com entidades públicas e privadas, com vista à criação de respostas mais adequadas em áreas ainda deficitárias.

	Curto, médio e longo internamento							
	Dias Internamento				Nº Pessoas assistidas			
	2025	2024	Var.	%	2025	2024	Var.	%
Psiquiatria/ Deficiência Intelectual	575 790	585 951	-10 160	-2%	2 873	2 931	-58	-2%
Psicogeriatria	386 082	398 430	-12 347	-3%	1 298	1 409	-111	-8%
Lesão cerebral	31 166	31 051	115	0,4%	291	305	-14	-5%
Cuidados Paliativos	3 946	3 591	355	10%	207	147	60	41%
Reabilitação Psicossocial	70 978	55 276	15 702	28%	219	214	5	2%
Total	1 067 963	1 074 298	-6 335	-0,6%	4 888	5 006	-118	-2%

O número de dias de internamento em psiquiatria e deficiência intelectual de longo internamento diminuiu em 2025 face a 2024, resultado não só da reorganização e requalificação de camas para respostas de curto internamento e reabilitação psicossocial, mas também da estratégia de diferenciação das respostas assistenciais desenvolvidas pelo Instituto. Esta reorganização permitiu aumentar a capacidade de resposta a utentes com necessidades mais diferenciadas e maior complexidade clínica.

Por outro lado, a crescente complexidade clínica e social dos utentes acompanhados tem originado internamentos mais prolongados, reduzindo a rotatividade e condicionando o crescimento do número total de pessoas atendidas, particularmente nas respostas de longa duração.

Relativamente ao internamento de Psicogeriatria, verificou-se uma diminuição quer do número de dias de internamento quer do número de pessoas assistidas. Esta evolução resulta, em parte, da alteração das políticas de financiamento de alguns subsistemas de saúde, que deixaram de contemplar respostas de longo internamento para este perfil de utentes, bem como da redução do encaminhamento de utentes psicogeriátricos por parte das ULS, num contexto em que outras patologias de maior complexidade clínica e assistencial têm vindo a assumir maior expressão.

O Instituto tem vindo a consolidar uma estratégia diferenciada de resposta na área do envelhecimento e das demências, privilegiando modelos integrados e de proximidade, designadamente através de:

- ginásios cerebrais séniores comunitários, em parceria com entidades locais;
- apoio domiciliário especializado;
- hospitais de dia;
- unidades de internamento especializadas em demências e psicogeriatria.

Na área da Lesão Cerebral continuam a ser desenvolvidos acordos e parcerias com subsistemas de saúde e seguradoras, com o objetivo de reforçar a capacidade de resposta e aumentar o número de pessoas assistidas nesta área, particularmente no Centro da Idanha, bem como nas respostas de Reabilitação física existentes nos Centros da Idanha, Parede e Guarda.

A Reabilitação Psicossocial continua a afirmar-se como uma das principais áreas estratégicas de desenvolvimento do Instituto, promovendo modelos de intervenção centrados na autonomia, inclusão social e qualidade de vida dos utentes.

Em 2025 verificou-se um crescimento muito significativo desta resposta assistencial, traduzido num aumento de cerca de 28% do número de dias de internamento e de aproximadamente 2% do número de pessoas assistidas face ao exercício anterior. Esta evolução reflete a crescente aposta do Instituto em respostas residenciais e apartamentos integrados na comunidade, bem como o reforço de programas de reabilitação e capacitação funcional orientados para a autonomia progressiva dos utentes.

O desenvolvimento destas respostas comunitárias tem permitido promover percursos assistenciais mais integrados e personalizados, favorecendo a participação social, a inclusão comunitária e a redução da institucionalização prolongada, em alinhamento com as atuais orientações nacionais e internacionais na área da saúde mental e reabilitação psicossocial.

O Instituto continuará a reforçar esta área estratégica, investindo no desenvolvimento de respostas comunitárias inovadoras e diferenciadas, capazes de responder à crescente complexidade das necessidades sociais, funcionais e clínicas dos utentes acompanhados.

- Análise por Região

Internamento	Número de pessoas assistidas			
	2025	2024	Var.	% Var.
Continente	3 260	3 192	68	2%
Madeira	1 239	1 362	-123	-9%
Açores	389	452	-63	-14%
Total	4 888	5 006	-118	-2%

Relativamente ao número de pessoas assistidas em internamento, verificou-se em 2025 uma diminuição global de cerca de 2% face ao exercício anterior, correspondente a menos 118 pessoas assistidas.

No Continente registou-se um crescimento de aproximadamente 2%, traduzido em mais 68 pessoas assistidas, refletindo a recuperação da atividade assistencial e o reforço das respostas de curto internamento e reabilitação psicossocial.

Na Região Autónoma da Madeira verificou-se uma redução de cerca de 9% no número de pessoas assistidas, essencialmente relacionada com a diminuição da referenciação de utentes por parte do hospital local para respostas de curto internamento. Importa, contudo, salientar que a taxa de ocupação das unidades se manteve próxima dos 100% em 2025. No exercício de 2024 a atividade tinha ultrapassado a capacidade instalada, tendo sido necessário recorrer a uma reorganização temporária dos espaços disponíveis para acomodar o aumento excecional da procura, situação que não se verificou em 2025.

Na Região Autónoma dos Açores registou-se igualmente uma diminuição do número de pessoas assistidas, na ordem dos 14%, mantendo-se, ainda assim, níveis de ocupação muito elevados e estabilidade da atividade assistencial desenvolvida.

Globalmente, a evolução destes indicadores continua a refletir a crescente complexidade clínica e social dos utentes acompanhados pelo Instituto, traduzindo-se em internamentos mais prolongados, menor rotatividade e maior pressão sobre a capacidade instalada das diferentes unidades assistenciais.

	Consultas							
	Nº Consultas				Pessoas assistidas			
	2025	2024	Var.	%	2025	2024	Var.	%
TOTAL (1ª Consulta + Sucessivas)	16 890	20 513	-3 623	-18%	4 877	4 950	-73	-1%

Na área das consultas e tratamentos em ambulatório, o Instituto manteve em 2025 uma oferta diversificada e especializada de respostas em saúde mental:

- Psiquiatria / Deficiência Intelectual;
- Psicogeriatria e Demências;
- Pedopsiquiatria;
- Neurologia;
- Comportamentos Aditivos;
- Comportamento Alimentar;
- Acompanhamento do Luto;
- Consulta da Dor;
- Psicologia;
- Fisiatria;
- Outras especialidades.

O reforço das equipas técnicas, a melhoria das infraestruturas e a consolidação de respostas diferenciadas permitiram ao Instituto continuar a desenvolver uma intervenção ambulatória mais especializada, integrada e ajustada às necessidades da população.

O posicionamento das Irmãs Hospitaleiras em Condeixa, Braga, Lisboa e Idanha, através da aposta em áreas de intervenção diferenciadas e modelos terapêuticos especializados, permitiu reforçar a proximidade e acessibilidade das respostas assistenciais em saúde mental.

Em 2025 realizaram-se cerca de 16 890 consultas e tratamentos em ambulatório, correspondendo a uma diminuição de aproximadamente 18% face ao exercício anterior. O número de pessoas assistidas manteve-se relativamente estável, situando-se em 4 877 utentes, representando uma redução residual de cerca de 1%.

Esta evolução traduz sobretudo uma reorganização e maior racionalização da atividade assistencial em ambulatório, com um maior enfoque em respostas diferenciadas, acompanhamento clínico mais integrado e continuidade terapêutica dos utentes, privilegiando intervenções mais ajustadas à complexidade clínica e às necessidades específicas de cada situação.

Adicionalmente, verificou-se uma maior articulação entre as respostas de ambulatório, unidades de dia, apoio domiciliário e estruturas comunitárias, permitindo uma abordagem assistencial mais integrada e eficiente, particularmente nas áreas das demências, saúde mental comunitária e reabilitação psicossocial.

	Área de dia							
	Nº lugares				Pessoas assistidas			
	2025	2024	Var.	%	2025	2024	Var.	%
Hospital de Dia	159	112	47	42%	201	185	16	9%
Apoio Domiciliário	118	654	-536	-82%	182	654	-472	-72%
Estruturas Comunitárias	709	1 265	-556	-44%	739	1 288	-549	-43%
Total	986	2 031	-1 045	-51%	1 122	2 127	-1 005	-47%

As unidades de dia, apoio domiciliário e estruturas comunitárias continuam a assumir um papel relevante no modelo assistencial do Instituto, promovendo respostas mais integradas, diferenciadas e centradas na proximidade à comunidade, autonomia funcional e inclusão social dos utentes.

Relativamente à área de dia, destacam-se as seguintes respostas:

- Irmãs Hospitaleiras Braga: Unidade de Dia Especializada em Demências iniciado em outubro 2025 e o USO – Unidade Socio-ocupacional S. Bento Menni;
- Irmãs Hospitaleiras Idanha: Unidade de Dia Especializada em Demências, iniciada em outubro de 2024, integrada no projeto AgeLab® e complementada com programas de reabilitação e estimulação cognitiva, apoio domiciliário e Ginásio Cerebral Sénior Comunitário®;
- Irmãs Hospitaleiras Sagrada Família: Escola de Educação Especial para crianças e jovens;
- Irmãs Hospitaleiras Lisboa: Hospital de Dia para Perturbações do Comportamento Alimentar (RIPA);
- Irmãs Hospitaleiras Terceira: Unidade de Dia Especializada em Demências.

Em 2025 verificou-se um aumento da capacidade instalada nas unidades de dia, com um crescimento de cerca de 12% do número de lugares face ao exercício anterior, passando de 142 para 159 lugares disponíveis. No entanto, o número de pessoas assistidas diminuiu cerca de 16%, refletindo uma maior permanência e acompanhamento continuado dos utentes integrados nestas respostas, em consequência da crescente complexidade clínica e funcional das situações acompanhadas.

Por outro lado, registou-se uma diminuição significativa nas respostas de apoio domiciliário e estruturas externas comunitárias, quer ao nível do número de lugares disponíveis quer do número de pessoas assistidas.

No apoio domiciliário verificou-se uma redução de cerca de 82% do número de lugares e de 72% do número de pessoas assistidas face ao exercício anterior. Nas estruturas externas comunitárias registou-se igualmente uma diminuição de aproximadamente 44% do número de lugares e 42% do número de pessoas assistidas.

Esta evolução encontra-se essencialmente relacionada com projetos comunitários desenvolvidos em parceria e financiados por Autarquias Locais, cuja continuidade e dimensão operacional foram condicionadas ao longo de 2025 pelas alterações decorrentes dos ciclos eleitorais autárquicos e respetivos processos de reorganização institucional e financeira.

Neste contexto, o Instituto não conseguiu manter durante 2025 o mesmo nível de expansão e abrangência destas respostas comunitárias verificado no exercício anterior, refletindo-se numa redução temporária da capacidade instalada e do número de pessoas assistidas nestas áreas.

Apesar desta evolução conjuntural, a aposta estratégica do Instituto nas respostas comunitárias, apoio domiciliário, estruturas externas e modelos de proximidade mantém-se como uma prioridade assistencial, prevendo-se para 2026 um novo reforço destas respostas, com expectativa de aumento do número de lugares e de pessoas assistidas, decorrente da retoma e desenvolvimento de novas parcerias comunitárias e institucionais.

2.2.2 Desempenho de Recursos Humanos

Num contexto marcado pela crescente exigência dos cuidados de saúde e sociais, bem como pela elevada complexidade do mercado de trabalho, o Instituto manteve, no ano 2025, uma forte aposta na valorização das pessoas, assumindo-as como elemento central da qualidade assistencial, da sustentabilidade organizacional e da concretização da sua Missão Hospitaleira.

Ao longo do ano, foi reforçada a estratégia de desenvolvimento humano e organizacional, com incidência na capacitação técnica das equipas, no fortalecimento das lideranças intermédias e na promoção de uma cultura institucional cada vez mais participada e alinhada com os valores do Instituto. O investimento contínuo na formação e no acompanhamento das equipas procurou não apenas responder às exigências operacionais, mas também promover ambientes de trabalho mais estáveis, colaborativos e orientados para o bem-estar dos profissionais.

Neste âmbito, manteve-se a aposta em iniciativas orientadas para:

- A valorização das competências e do desempenho individual;

- O reforço da proximidade entre lideranças e equipas;
- A integração e acompanhamento dos colaboradores ao longo do seu percurso institucional;
- O desenvolvimento de modelos de avaliação mais ajustados às diferentes realidades profissionais.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos ETIs (Equivalente a tempo Integral) do ano 2024 para o ano 2025:

Pessoal – categorias profissionais				
ETI's (Equivalente a Tempo Integral)	Pessoal contratado			
	2025	2024	Var.	%
Médicos especialistas	38	38	-0,7	-2%
Psicólogos	40	39	1,6	4%
Farmacêuticos	25	25	-0,2	-1%
Enfermeiros	431	414	16,5	4%
Fisioterapeutas	49	44	5,3	12%
Terapeuta da Fala	3	3	-0,1	-4%
Terapeutas ocupacionais	21	28	-6,4	-23%
Assistentes Sociais	27	28	-0,6	-2%
Educadores sociais	10	10	0,0	0%
Auxiliares e Cuidadores	1 091	1 058	33,1	3%
Monitores ocupacionais	105	112	-7,3	-7%
Serviço Religioso	15	17	-1,5	-9%
Outro Pessoal Assistencial	18	18	0,5	3%
SUBTOTAL Assistencial	1 874	1 834	40,1	2%
Diretores	26	35	-9,5	-27%
Administrativos	124	129	-5,3	-4%
Manutenção	41	34	7,1	21%
Restauração	64	59	4,3	7%
Lavandaria	70	62	7,8	13%
Limpeza	41	40	1,1	3%
Outro Pessoal Não Assistencial	72	63	8,3	13%
SUBTOTAL Não Assistencial	436	422	13,8	3,3%
Total	2 310	2 256	53,9	2%

Em 2025, O Instituto registou um total de 2310 colaboradores em ETIs relativo a colaboradores do quadro, o que representou um aumento de 53,9 ETIs face ao ano anterior. Este crescimento refletiu a necessidade de reforçar a capacidade de resposta assistencial e operacional perante o aumento da atividade, a maior complexidade clínica dos utentes e a diversificação das respostas nas várias unidades e projetos.

O reforço das equipas verificou-se sobretudo na área assistencial, com destaque para os profissionais de enfermagem, fisioterapeutas, auxiliares e cuidadores. O número de enfermeiros aumentou de 414 para 431 ETIs e os auxiliares e cuidadores passaram de 1058 para 1091 ETS, evidenciando o esforço realizado no sentido de garantir níveis adequados de acompanhamento, vigilância e prestação de cuidado especializados.

Paralelamente, verificou-se também um crescimento significativo do recurso a profissionais subcontratados, tal como demonstra o quadro seguinte:

Pessoal – categorias profissionais				
ETI's (Equivalente a Tempo Integral)	Pessoal subcontratado			
	2025	2024	Var.	%
Médicos especialistas	15	6	8,9	158%
Psicólogos	4	0	4,1	410%
Farmacêuticos	1	2	-0,5	-24%
Enfermeiros	182	159	23,2	15%
Fisioterapeutas	3	0	2,5	250%
Terapeuta da Fala	2	1	0,1	6%
Terapeutas ocupacionais	0	0	0,0	0%
Assistentes Sociais	0	0	0,0	0%
Educadores sociais	4	0	4,0	400%
Auxiliares e Cuidadores	7	13	-6,0	-45%
Monitores ocupacionais	0	0	0,0	0%
Serviço Religioso	1	0	1,0	0%
Outro Pessoal Assistencial	4	1	2,7	344%
SUBTOTAL Assistencial	223	183	40,1	22%
Diretores	0	0	0,0	0%
Administrativos	1	0	1,0	0%
Manutenção	1	0	1,0	0%
Restauração	8	8	0,0	0%
Lavandaria	0	0	0,0	0%
Limpeza	5	4	1,0	24%
Outro Pessoal Não Assistencial	26	7	18,7	253%
SUBTOTAL Não Assistencial	41	20	21,7	110,8%
Total	264	202	61,8	31%

Em 2025 os profissionais contratados passaram de 202 para 264 ETIs. Este aumento ocorreu maioritariamente também na área assistencial, particularmente entre médicos especialistas, enfermeiros, psicólogos e outros técnicos especializados, permitindo assegurar maior flexibilidade na gestão das equipas e responder de forma mais eficaz às necessidades emergentes dos utentes e serviços.

O aumento da complexidade clínica e social dos utentes acompanhados pelo Instituto, associado ao envelhecimento da população, ao crescimento das situações de dependência e à maior prevalência de patologias com necessidades de acompanhamento especializado, continua a exigir o reforço e ajustamento das equipas multidisciplinares, bem como a adequação perante das respostas assistenciais e do modelo de intervenção.

Os recursos humanos continuam, assim, a representar a principal componente da estrutura de custos do Instituto, representando 69% do total dos custos, refletindo a natureza intensiva e especializada da atividade desenvolvida.

O Instituto continuará a assumir, como principal prioridade estratégica, a criação de condições que promovam a estabilidade, motivação e qualificação dos seus profissionais, reconhecendo que a qualidade dos cuidados prestados

depende diretamente da capacidade de atrair, desenvolver e reter equipas competentes, comprometidas e alinhadas com os valores do Instituto.

- Estágios

O IIHSCJ tem colaborado com Universidades e outros estabelecimentos de ensino, proporcionando estágios nas diversas Unidades de Saúde Hospitaleiras e em várias áreas profissionais, nomeadamente: Enfermagem; Especialização em Saúde Mental e Psiquiatria; Serviço Social; Psicologia Clínica; Medicina; Fisioterapia; Terapia Ocupacional; Gerontologia; Farmácia; Reabilitação Psicossocial; Animação Sociocultural; Auxiliar de Saúde.

Em 2025 foram recebidos um total de 726 estagiários, o que representa uma diminuição de 3% em relação a 2024. Apesar desta diminuição do número de estagiários, houve um crescimento do número total de horas de estágio de aproximadamente 10%. O IIHSCJ entende que estes estágios são um contributo significativo na formação dos profissionais do futuro, dotando-os de capacidades técnica e humana. São também uma forma de nos posicionarmos na área da saúde mental e no mercado de trabalho como marca de referência.

								Estágios
Nº de estagiários				Nº horas totais de estágio				
	2025	2024	Var.	%	2025	2024	Var.	%
TOTAL	726	747	-21	-3%	125 424	114 262	11 163	10%

2.2.3 Desempenho Financeiro

Demonstração de Resultados Consolidada

Demonstração resultados em 31 de dezembro de 2025 - Consolidada				
Em euros	31/dez/25	31/dez/24	Var.	%
Receitas Operacionais	91 256 874,70	86 403 947,34	4 852 927,36	5,6%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-9 214 436,81	-8 856 716,23	357 720,58	4,0%
Fornecimentos e serviços externos	-16 232 924,92	-15 750 588,34	482 336,58	3,1%
Gastos com o pessoal	-57 704 130,15	-51 553 108,87	6 151 021,28	11,9%
Outros gastos	-427 583,77	-426 019,58	1 564,19	0,4%
Custos Operacionais	-83 579 075,65	-76 586 433,02	6 992 642,63	9,1%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	7 677 799,05	9 817 514,32	-2 139 715,27	-21,8%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4 119 367,32	-3 941 900,23	177 467,09	4,5%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 558 431,73	5 875 614,09	-2 317 182,36	-39,4%
Resultado antes de impostos	3 558 431,73	5 875 614,09	-2 317 182,36	-39,4%
Resultado líquido do exercício	3 558 431,73	5 875 614,09	-2 317 182,36	-39,4%

A demonstração consolidada de resultados de 2025 evidencia a continuidade do crescimento da atividade operacional do Instituto, com as receitas operacionais a atingirem cerca de 91,3 milhões de euros, representando um aumento de 5,6% face a 2024.

O crescimento da atividade foi acompanhado por um aumento dos custos operacionais, que registaram uma subida de 9,1%, impulsionada sobretudo pelos gastos com o pessoal, que cresceram 11,9%, refletindo o reforço das equipas, a valorização salarial e a crescente pressão sobre os custos dos recursos humanos especializados na área da saúde.

Os fornecimentos e serviços externos apresentaram igualmente um acréscimo de 3,1%, associado ao aumento dos custos de funcionamento, energia, manutenção, serviços clínicos especializados e restantes despesas operacionais indispensáveis à atividade assistencial.

Apesar do crescimento sustentado das receitas, a forte pressão dos custos operacionais traduziu-se numa redução dos resultados intermédios do exercício. O EBITDA fixou-se em cerca de 7,7 milhões de euros, menos 21,8% do que em 2024, enquanto o resultado líquido consolidado ascendeu a 3,6 milhões de euros, refletindo uma diminuição de 39,4% face ao exercício anterior.

Ainda assim, o Instituto manteve resultados positivos e uma situação económico-financeira equilibrada, demonstrando capacidade de continuidade operacional, sustentabilidade financeira e manutenção do investimento nas suas respostas assistenciais e sociais.

Demonstração de Resultados por região

Demonstração resultados em 31 de dezembro de 2025 - Por Região				
Em euros	31/dez/25	31/dez/24	Var.	%
Continente				
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5 793 797,63	7 024 278,97	-1 230 481,34	-18%
Resultado líquido do exercício	2 715 472,95	4 212 068,55	-1 496 595,60	-36%
Madeira				
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 387 337,25	2 345 047,17	42 290,08	2%
Resultado líquido do exercício	1 492 673,38	1 436 079,14	56 594,24	4%
Açores				
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-503 335,83	448 188,18	-951 524,01	-212%
Resultado líquido do exercício	-649 714,60	227 466,40	-877 181,00	-386%

A análise dos resultados por região evidencia comportamentos distintos entre as diferentes unidades do Instituto ao longo do exercício de 2025.

No Continente verificou-se uma redução dos resultados operacionais e do resultado líquido do exercício face a 2024. O EBITDA situou-se em cerca de 5,8 milhões de euros, registando uma diminuição de aproximadamente 18%, enquanto o resultado líquido ascendeu a cerca de 2,7 milhões de euros, representando uma redução de cerca de 36%. Esta evolução reflete sobretudo o forte crescimento dos custos operacionais, particularmente dos encargos com pessoal, associado ao reforço das equipas, aumento da complexidade assistencial e pressão salarial verificada ao longo do exercício.

Na Região Autónoma da Madeira verificou-se uma evolução positiva dos resultados, com o EBITDA a crescer cerca de 2% e o resultado líquido a aumentar aproximadamente 4% face ao exercício anterior. Esta evolução demonstra a estabilidade da atividade assistencial desenvolvida na Região, a manutenção de elevados níveis de ocupação das unidades e uma evolução globalmente equilibrada da estrutura operacional.

Na Região Autónoma dos Açores registou-se uma deterioração significativa dos resultados operacionais e líquidos em 2025. O EBITDA apresentou um resultado negativo de aproximadamente 503 mil euros, enquanto o resultado líquido do exercício se situou em cerca de -650 mil euros.

Esta evolução resulta essencialmente do facto de as diárias de internamento praticadas na Região Autónoma dos Açores não acompanharem a evolução dos custos operacionais registados nos últimos anos, particularmente ao nível dos recursos humanos, energia, transportes e restantes custos de funcionamento. É de registar que nesta Região os custos representam valores superiores aos verificados no Continente. E as diárias se manterem significativamente inferiores às praticadas no Continente e na Região Autónoma da Madeira.

Neste contexto, foi acordado com as entidades regionais um compromisso de atualização gradual das diárias de internamento ao longo dos próximos quatro anos, permitindo uma aproximação progressiva aos custos efetivos da atividade assistencial desenvolvida na Região.

Apesar deste enquadramento e da evolução prevista para os próximos anos, continuam a verificar-se maiores desafios ao nível da sustentabilidade económico-financeira da atividade desenvolvida nos Açores, exigindo um acompanhamento contínuo da evolução dos custos e das condições de financiamento da resposta assistencial.

Globalmente, os resultados por região refletem realidades operacionais distintas e diferentes enquadramentos de financiamento da atividade assistencial. Ainda assim o Instituto manteve em todas as regiões a continuidade da prestação de cuidados, elevados níveis de qualidade assistencial e capacidade de resposta às necessidades da população nas áreas da saúde mental, reabilitação psicossocial e cuidados especializados.

Posição Financeira

BALANÇO					
Em euros	Notas	31/dez/25	31/dez/24	Var	%
Ativo					
Ativo não corrente		58 360 397,26	59 413 001,95	-1 052 604,69	
Ativos fixos tangíveis	16	58 359 844,54	59 412 449,23	-1 052 604,69	-2%
Investimentos financeiros	18	552,72	552,72	0,00	0%
Total do ativo não corrente		58 360 397,26	59 413 001,95	-1 052 604,69	-2%
Ativo corrente		37 571 340,64	39 469 349,04	-1 898 008,40	
Inventários	19	1 628 543,33	1 430 583,69	197 959,64	14%
Créditos a receber	20	13 609 907,37	16 516 371,13	-2 906 463,76	-18%
Estado e outros entes públicos	21	1 203 640,99	735 860,80	467 780,19	64%
Diferimentos	22	172 760,76	131 309,94	41 450,82	32%
Outros ativos correntes	23	12 983 995,18	11 682 072,31	1 301 922,87	11%
Caixa e seus equivalentes	24	7 972 493,01	8 973 151,17	-1 000 658,16	-11%
Total do ativo corrente		37 571 340,64	39 469 349,04	-1 898 008,40	-5%
TOTAL DO ATIVO		95 931 737,90	98 882 350,99	-2 950 613,09	-3%
Fundos patrimoniais e passivo					
Fundos patrimoniais		82 300 068,59	78 845 022,46	3 455 046,13	
Fundos		71 034 585,33	71 034 585,33	0,00	0%
Resultados transitados		4 845 273,47	-1 030 340,62	5 875 614,09	-570%
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		2 861 778,06	2 965 163,66	-103 385,60	-3%
Resultado líquido do período		3 558 431,73	5 875 614,09	-2 317 182,36	-39%
Total dos fundos patrimoniais	25	82 300 068,59	78 845 022,46	3 455 046,13	4%
Passivo		13 631 669,31	20 037 328,53	-6 405 659,22	
Passivo não corrente		1 600 000,00	9 000 000,00	-7 400 000,00	
Financiamentos obtidos	26	1 600 000,00	9 000 000,00	-7 400 000,00	-82%
Total do passivo não corrente		1 600 000,00	9 000 000,00	-7 400 000,00	-82%
Passivo corrente		12 031 669,31	11 037 328,53	994 340,78	
Fornecedores	27	2 055 243,54	1 485 798,34	569 445,20	38%
Estado e outros entes públicos	21	1 700 006,35	1 374 243,18	325 763,17	24%
Financiamentos obtidos	26	6 636,49	660 000,00	-653 363,51	-99%
Diferimentos	28	84 607,52	264 400,89	-179 793,37	-68%
Outros passivos correntes	29	8 185 175,41	7 252 886,12	932 289,29	13%
Total do passivo corrente		12 031 669,31	11 037 328,53	994 340,78	9%
Total do passivo		13 631 669,31	20 037 328,53	-6 405 659,22	-32%
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		95 931 737,90	98 882 350,99	-2 950 613,09	-3%

O balanço consolidado do exercício de 2025 evidencia a manutenção de uma estrutura patrimonial globalmente sólida e equilibrada, refletindo a estabilidade operacional do Instituto, a redução do endividamento financeiro e a continuidade da política de consolidação económico-financeira.

O total do ativo ascendeu a cerca de 95,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, registando uma redução de aproximadamente 3% face ao exercício anterior. Esta evolução resulta essencialmente da diminuição dos créditos a receber e da redução do ativo não corrente associada às amortizações do exercício.

Nos ativos não correntes destaca-se a redução dos ativos fixos tangíveis, refletindo essencialmente o efeito das depreciações e amortizações associadas aos investimentos realizados nos diferentes Centros ao longo dos últimos anos.

Ao nível do ativo corrente, verificou-se uma redução de cerca de 5%, influenciada sobretudo pela diminuição da rubrica de créditos a receber, que passou de aproximadamente 16,5 milhões de euros em 2024 para cerca de 13,6 milhões de euros em 2025.

Esta evolução encontra-se diretamente relacionada com a consolidação da implementação do novo modelo de pagamento acordado com a Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS/SNS), no âmbito da revisão do Acordo de Cooperação, passando a ACSS a assumir diretamente a responsabilidade pelo pagamento dos serviços prestados, em substituição das Unidades Locais de Saúde (ULS). Esta alteração permitiu uma maior regularização dos recebimentos e contribuiu para a redução do saldo desta rubrica no final do exercício.

Relativamente à dívida dos hospitais da Região Autónoma dos Açores, foi celebrado um contrato em junho de 2025 com os hospitais Regionais, Secretaria Regional das Finanças e da Saúde dos Açores, permitindo a liquidação total dos montantes em dívida, com prazo de recebimento superior a 90 dias, tal como prevê o Acordo em vigor nesta região.

A rubrica de outros ativos correntes apresentou um crescimento de aproximadamente 11%, refletindo essencialmente a valorização positiva da carteira de investimentos financeiros do Instituto e o reforço da aplicação de excedentes de tesouraria em títulos de dívida pública, em linha com a estratégia de investimento prudente e de médio/ longo prazo seguida pela Instituição.

A evolução da rubrica de caixa e seus equivalentes reflete a gestão regular da tesouraria ao longo do exercício, mantendo o Instituto níveis adequados de liquidez e capacidade financeira para assegurar a continuidade da atividade operacional e dos investimentos estratégicos.

Os fundos patrimoniais ascenderam a cerca de 82,3 milhões de euros em 2025, representando um crescimento de aproximadamente 4% face ao exercício anterior, reforçando a autonomia financeira e a estabilidade patrimonial do Instituto.

Ao nível do passivo, destaca-se a redução muito significativa do passivo não corrente, particularmente da rubrica de financiamentos obtidos, que diminuiu cerca de 82%, refletindo a continuidade da política de amortização e redução do endividamento financeiro.

Em 2025 manteve-se a trajetória de consolidação financeira do Instituto, através da amortização regular dos empréstimos de dívida corrente e não corrente anteriormente contratados para suportar investimentos nas diferentes Unidades e infraestruturas assistenciais.

O passivo corrente registou um crescimento moderado de aproximadamente 9%, associado sobretudo ao aumento da atividade operacional, da atualização de custos com fornecedores e dos encargos correntes relacionados com o funcionamento das unidades assistenciais.

Globalmente, o balanço consolidado de 2025 evidencia uma evolução patrimonial e financeira globalmente positiva, marcada pelo reforço dos fundos patrimoniais, redução do endividamento financeiro e manutenção de níveis adequados de liquidez, sustentabilidade e capacidade de investimento.

2.3 Modelo de Gestão

O Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus tem como princípio fundamental o bom governo e a boa gestão. Este constitui o modelo de atuação do Instituto, assente em elevados padrões de profissionalismo, ética e transparência, tendo como referência os valores hospitaleiros. Esta abordagem contribui para o reforço da eficiência organizacional e gera confiança, dentro da comunidade hospitaleira e fora dela, nas partes interessadas, promovendo a responsabilidade social e ambiental e alcançando uma Obra sustentável.

Toda a documentação institucional e os instrumentos normativos próprios visam assegurar a clareza das regras de funcionamento e dos princípios orientadores da atuação do Instituto, refletidos nomeadamente, na Carta de identidade, no Regulamento Geral, no Código de Ética e Conduta, no Estatuto Geral de Administração, nas Orientações sobre Bom Governo e todo o património de documentos no âmbito de Gestão e Administração.

As Irmãs Hospitaleiras têm regras de bom governo vertidas em documento interno. Sendo um tema fundamental e que na atualidade tem adquirido grande importância nas organizações, ele sempre pautou a exigência da atividade da Instituição e que agora se materializou. Em 2024 foi editado o documento Orientações sobre Bom Governo na Obra Hospitaleira. A missão hospitaleira, orientada para a pessoa, na sua integralidade, exige que cumpramos as regras fundamentais do compromisso, a transparência e a rastreabilidade, elementos integrantes do bom governo. Destacamos os seguintes princípios:

- 1. Serviço. Somos uma organização em que a missão de serviço constitui o sentido genuíno da origem da nossa Obra. Toda a ação da organização consiste em beneficiar os doentes e as pessoas carenciadas. No nosso projeto, todos e tudo está ao seu serviço¹.
- 2. Pessoa/comunidade. A pessoa, na sua dignidade intrínseca, ocupa o centro da nossa organização. Somos pessoas que trabalham com pessoas e para pessoas, formando uma comunidade. A relação interpessoal transcende a relação impensoal de mercado². Numa Instituição da Igreja como a nossa, a sinodalidade é uma característica configuradora.
- 3. Ética em toda a atuação. A organização garante a ética como dimensão de toda a atuação, tanto nos fins como nos meios, em todos os âmbitos e decisões³.
- 4. Transparência. Trata-se de clareza em toda a atuação hospitaleira, como elemento insubstituível de tudo o que se faz e do modo como se faz.
- 5. Coerência com a identidade. Esta é uma marca característica da Obra hospitaleira, que atesta a continuidade entre o que se proclama e o que se faz⁴.
- 6. Sustentabilidade. Todos os bens da Instituição estão ao serviço da missão hospitaleira, sem fins lucrativos e procurando alcançar o autofinanciamento como garantia de continuidade⁵.

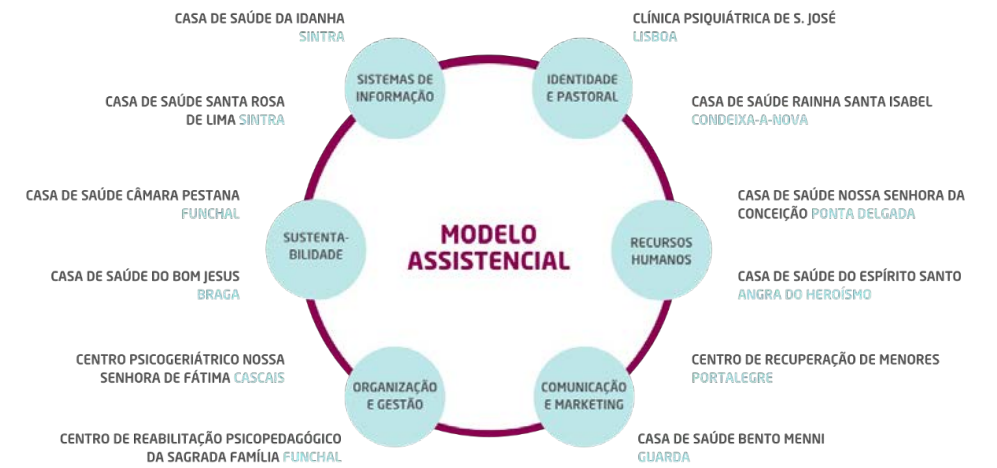
O Instituto IHSCJ tem definida uma estrutura de gestão e organização a nível global e local, que lhe permite responder às exigências e desenvolvimento dos objetivos e fins da missão das Irmãs Hospitaleiras.

Como instituição que assume o seu dever e privilegia o cumprimento normativo e em linha com as exigências legais, fez a sua reflexão e emanou o documento de Orientações sobre conformidade normativa penal nas Irmãs Hospitaleiras bem como o Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.

A centralidade do doente na missão hospitaleira marca fortemente a cultura institucional e pauta-se pelo respeito e pelo sigilo profissional. Com a facilidade dos meios de arquivo de dados e de divulgação de informação veio acrescida a reflexão sobre os direitos de reserva de informação aos mais variados níveis e âmbitos da atuação dos diversos intervenientes em toda a estrutura hospitaleira. Com o objetivo de afirmar o alinhamento do Instituto com esta política e como forma de espelhar a reflexão sobre as particularidades aplicáveis no nosso contexto institucional foi lançado o documento Orientações sobre Proteção de Dados nas Irmãs Hospitaleiras.

1. Irmãs Hospitaleiras, Carta de Identidade, n. 33.
2. CII, n. 9, 10, 12 e 18.
3. CII, n. 38. A ética está diretamente ligada à justiça, à equidade e à misericórdia.
4. CII, n. 50, EGA.
5. CII, n. 50.

Estrutura-se em 6 áreas de gestão: identidade, organização, assistencial, recursos humanos, económico-financeira e comunicação, tendo no centro as pessoas que assistimos e o modelo hospitaleiro.



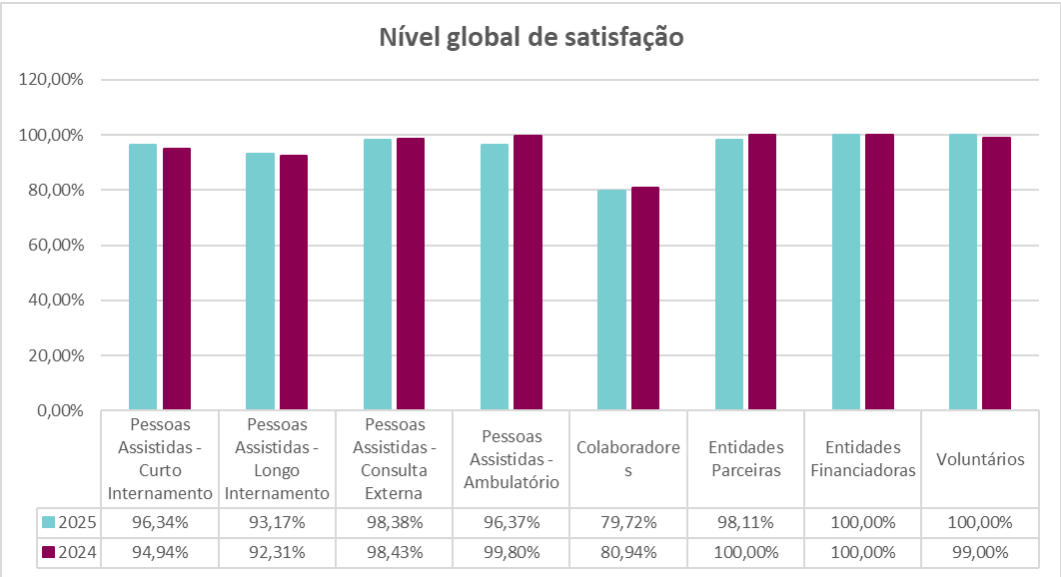
2.3.1 Qualidade e Certificação

A certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo o modelo EQUASS, é um fator de diferenciação da prestação de cuidados, segundo o modelo hospitaleiro, desenvolvendo uma cultura de qualidade com vista à melhoria contínua e à satisfação das necessidades e expetativas das pessoas assistidas, seus familiares e restantes partes interessadas.

O ano de 2025 foi caracterizado pela continuidade do trabalho desenvolvido nas Unidades de Saúde Hospitaleiras, visando a manutenção e renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade. Assim, em 2025, mantiveram-se as 8 certificações obtidas em 2024, com a aprovação do relatório de progresso enviado para a entidade certificadora, e obteve-se a renovação da certificação em 3 USH.

A avaliação da satisfação das partes interessadas constitui um instrumento fundamental para avaliar anualmente o desempenho do sistema de gestão implementado, possibilitando a monitorização da perceção dos serviços prestados e a sua melhoria contínua.

Os níveis globais de satisfação encontram-se apresentados no quadro seguinte, verificando-se resultados muito positivos em todos os grupos avaliados, designadamente Pessoas Assistidas, entidades financiadoras e parceiras, voluntários e colaboradores.



2.4 Gestão de Riscos

Riscos Estratégicos

O contexto de atuação do Instituto continua a apresentar desafios relevantes ao nível estratégico, decorrentes da crescente complexidade das respostas na área da saúde mental, da evolução das necessidades da população e, da exigência de adaptação contínua aos contextos social, económico e regulamentar.

Entre os principais riscos estratégicos identificados destacam-se a dificuldade de recrutamento e retenção de profissionais especializados, o aumento da pressão sobre os custos operacionais, a crescente complexidade clínica e social dos utentes, bem como a necessidade permanente de atualização e adequação das respostas assistenciais às exigências legais, técnicas e institucionais.

O Instituto reconhece igualmente como fatores críticos a sustentabilidade dos modelos de financiamento e a capacidade de assegurar recursos humanos, técnicos e infraestruturais adequados ao crescimento e diferenciação das respostas prestadas.

Neste contexto, o Instituto manteve, em 2025, uma abordagem orientada para a mitigação destes riscos, através do reforço da qualificação das equipas, do acompanhamento contínuo da atividade assistencial, da melhoria dos processos internos e do desenvolvimento de estratégias promotoras de maior eficiência operacional, sustentabilidade e capacidade de adaptação organizacional.

Riscos Clínicos

A prestação de cuidados na área da saúde mental implica a existência de riscos clínicos específicos associados à complexidade das patologias acompanhadas, à vulnerabilidade das populações assistidas e à necessidade de intervenção multidisciplinar contínua.

Os principais riscos clínicos identificados relacionam-se com situações de descompensação clínica e comportamental, risco de auto e heteroagressividade, eventos adversos associados à medicação, quedas, infeções associadas aos cuidados de saúde, agravamento do estado funcional dos utentes e situações de dependência crescente.

O Instituto manteve ao longo de 2025 mecanismos de monitorização, prevenção e gestão do risco clínico, assentes em protocolos de atuação, supervisão técnica das equipas, formação contínua dos profissionais e acompanhamento multidisciplinar dos utentes.

Foram igualmente reforçadas as práticas de avaliação contínua dos incidentes e eventos adversos, promovendo-se a análise das causas, a implementação de medidas corretivas e preventivas e a melhoria contínua da qualidade e segurança dos cuidados prestados.

A gestão do risco clínico continua assim a constituir uma dimensão central da atividade assistencial do Instituto, visando garantir intervenções seguras, adequadas e centradas nas necessidades dos utentes.

Riscos Tecnológicos

A crescente dependência dos sistemas de informação e das tecnologias de suporte à atividade assistencial e administrativa expõe o Instituto a riscos tecnológicos que podem impactar a continuidade operacional, a segurança da informação e a qualidade da prestação de cuidados.

Entre os principais riscos identificados destacam-se as falhas ou indisponibilidade dos sistemas informáticos, riscos de cibersegurança, acessos indevidos a informação sensível, perda de dados, interrupções de serviços tecnológicos críticos e obsolescência de equipamentos e infraestruturas tecnológicas.

Considerando a natureza sensível da informação clínica e pessoal tratada pelo Instituto, manteve-se em 2025 o reforço das medidas de segurança informática, proteção de dados e controlo de acessos, bem como a monitorização dos sistemas tecnológicos e a atualização progressiva das infraestruturas de suporte.

O Instituto continuou igualmente a desenvolver procedimentos de contingência e recuperação operacional, com o objetivo de minimizar impactos decorrentes de eventuais falhas tecnológicas e assegurar a continuidade das atividades assistenciais e administrativas essenciais.

A mitigação dos riscos tecnológicos permanece uma prioridade, atendendo à crescente digitalização dos processos e à necessidade de garantir elevados padrões de segurança, fiabilidade e proteção da informação.

2.5 Desafios para 2026

Da análise das orientações capitulares associadas aos Dinamismos identificados pelo Capítulo Geral e Provincial 2025-2027, podemos extrair as seguintes 12 prioridades estratégicas:

1. Consolidar o modelo de atuação e as características próprias da Instituição, reforçando a sua presença identitária no setor da saúde como fator diferenciador e competitivo. Consolidar e fortalecer essa presença numa afirmação clara da Identidade Hospitaleira.
2. Reforçar as estruturas de suporte à missão, assegurando instalações adequadas, seguras e confortáveis, sustentadas por uma política de manutenção preventiva e por um plano de investimentos alinhado com as necessidades assistenciais.
3. Desenvolver medidas para o aperfeiçoamento dos sistemas de informação utilizados que possam favorecer os processos de gestão.
4. Desenvolver metodologias que permitam documentar, avaliar e consolidar o Modelo Assistencial Hospitaleiro, reforçando-o como principal fator distintivo do Instituto face à concorrência.
5. Readequar e redefinir a política de recursos humanos tendo em especial atenção, apostar em modelos capazes de identificar e permitir a retenção dos melhores colaboradores, apostar em modelos formativos quer na capacitação técnica dos colaboradores quer no reforço da sua identidade com as orientações institucionais e legais e, instituir modelos de reconhecimento diferenciais para aqueles que melhor interpretem os objetivos institucionais.
6. Identificar para cada Unidade de Saúde Hospitaleira planos estratégicos assistenciais que atendem aos objetivos gerais do IIHSCJ, tendo em consideração a redefinição das áreas geográficas e seus objetivos estratégicos no setor da saúde e aumentar a cobertura nacional do Instituto.
7. Adaptar o modelo de gestão e governance de forma a facilitar uma gestão localmente participada e focalizada na componente assistencial referenciando processos corporativos para a Sede do Instituto; por outro lado, o modelo de gestão do Instituto ser facilitador e promotor de envolvimento e participação, de todos os intervenientes nos processos de decisão.
8. Reforçar uma política de parcerias estratégicas, facilitando a concretização dos objetivos institucionais.
9. Garantir uma gestão financeira rigorosa promovendo o controlo disciplinado da despesa, o crescimento sustentável das receitas e a diversificação das respetivas fontes.
10. Continuar a promover uma diversificação das fontes de receita seja do ponto de vista das valências de origem desses mesmos proveitos, seja do ponto de vista dos clientes pagadores.
11. Cuidar por uma ecologia integral e implementar medidas de sustentabilidade ambiental.
12. Implementar medidas que permitam aumentar a visibilidade externa afirmando o IIHSCJ como polo de referência na saúde em Portugal.

2.6 Fatores Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

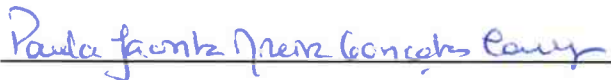
À data da aprovação das demonstrações financeiras de 2025 a Direção do Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus reconhece que não existem acontecimentos de impacto significativo, que alterem a informação contida nos mapas de 2025.

2.7 Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido, no valor de 3 558 431,73€, seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

Lisboa, 17 de junho de 2026

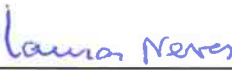
A Direção do Instituto



(Paula Jacinta Moreira Gonçalves Carneiro - Presidente)



(Maria Anália Oliveira Antunes - Vice-Presidente)



(Laura Neves - Secretária)



(Maria Fernanda Macedo Oliveira - Tesoureira)



(Fernanda Maria Silva Esteves - Vogal)

3. Demonstrações Financeiras

3.1 Demonstração de Resultados

<i>Em euros</i>	<i>Notas</i>	<i>31-dez-25</i>	<i>31-dez-24</i>	<i>Var.</i>	<i>%</i>
Vendas e Serviços Prestados	7	87 812 495,83	82 527 934,03	5 284 561,80	6%
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1 228 955,56	1 308 334,92	-79 379,36	-6%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-9 214 436,81	-8 856 716,23	-357 720,58	4%
Fornecimentos e serviços externos	10	-16 232 924,92	-15 750 588,34	-482 336,58	3%
Gastos com o pessoal	11	-57 704 130,15	-51 553 108,87	-6 151 021,28	12%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	37 320,15	135 022,44	-97 702,29	-72%
Aumentos/reduções de justo valor	13	226 343,63	356 989,21	-130 645,58	-37%
Reduções		-348 198,36	-305 857,40	-42 340,96	14%
Aumentos		574 541,99	662 846,61	-88 304,62	-13%
Outros rendimentos	14	1 951 759,53	2 075 666,74	-123 907,21	-6%
Outros gastos	15	-427 583,77	-426 019,58	-1 564,19	0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 677 799,05	9 817 514,32	-2 139 715,27	-22%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16 e 17	-4 119 367,32	-3 941 900,23	-177 467,09	5%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 558 431,73	5 875 614,09	-2 317 182,36	-39%
Resultado antes de impostos		3 558 431,73	5 875 614,09	-2 317 182,36	-39%
Resultado líquido do exercício		3 558 431,73	5 875 614,09	-2 317 182,36	-39%

3.2 Balanço

<i>Em euros</i>	<i>Notas</i>	<i>31-dez-25</i>	<i>31-dez-24</i>	<i>Var</i>	<i>%</i>
Ativo					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	16	58 359 844,54	59 412 449,23	-1 052 604,69	-2%
Ativos intangíveis	17	0,00	0,00	0,00	0%
Investimentos financeiros	18	552,72	552,72	0,00	0%
Total do ativo não corrente		58 360 397,26	59 413 001,95	-1 052 604,69	-2%
Ativo corrente					
Inventários	19	1 628 543,33	1 430 583,69	197 959,64	14%
Créditos a receber	20	13 609 907,37	16 516 371,13	-2 906 463,76	-18%
Estado e outros entes públicos	21	1 203 640,99	735 860,80	467 780,19	64%
Diferimentos	22	172 760,76	131 309,94	41 450,82	32%
Outros ativos correntes	23	12 983 995,18	11 682 072,31	1 301 922,87	11%
Caixa e seus equivalentes	24	7 972 493,01	8 973 151,17	-1 000 658,16	-11%
Total do ativo corrente		37 571 340,64	39 469 349,04	-1 898 008,40	-5%
Total do ativo		95 931 737,90	98 882 350,99	-2 950 613,09	-3%
Fundos patrimoniais e passivo					
Fundos patrimoniais					
Fundos		71 034 585,33	71 034 585,33	0,00	0%
Resultados transitados		4 845 273,47	-1 030 340,62	5 875 614,09	-570%
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		2 861 778,06	2 965 163,66	-103 385,60	-3%
Resultado líquido do período		3 558 431,73	5 875 614,09	-2 317 182,36	-39%
Total dos fundos patrimoniais	25	82 300 068,59	78 845 022,46	3 455 046,13	4%
Passivo					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	26	1 600 000,00	9 000 000,00	-7 400 000,00	-82%
Total do passivo não corrente		1 600 000,00	9 000 000,00	-7 400 000,00	-82%
Passivo corrente					
Fornecedores	27	2 055 243,54	1 485 798,34	569 445,20	38%
Estado e outros entes públicos	21	1 700 006,35	1 374 243,18	325 763,17	24%
Financiamentos obtidos	26	6 636,49	660 000,00	-653 363,51	-99%
Diferimentos	28	84 607,52	264 400,89	-179 793,37	-68%
Outros passivos correntes	29	8 185 175,41	7 252 886,12	932 289,29	13%
Total do passivo corrente		12 031 669,31	11 037 328,53	994 340,78	9%
Total do passivo		13 631 669,31	20 037 328,53	-6 405 659,22	-32%
Total dos fundos patrimoniais e passivo		95 931 737,90	98 882 350,99	-2 950 613,09	-3%

3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em euros	Notas	31-dez-25	31-dez-24	Var	%
Atividades operacionais					
Recebimentos de clientes		91 925 768,00	82 544 687,19	9 381 080,81	11%
Pagamentos a fornecedores		-21 960 409,37	-23 710 900,27	-1 750 490,90	-7%
Pagamentos ao pessoal		-42 360 820,16	-33 120 542,99	9 240 277,17	28%
Caixa gerada pelas operações		27 604 538,47	25 713 243,93	1 891 294,54	7%
Pagamentos ao estado		-18 427 453,37	-17 192 586,32	1 234 867,05	7%
Outros recebimentos/pagamentos operacionais		1 711 610,36	1 805 564,98	-93 954,62	-5%
Fluxos das atividades operacionais		10 888 695,46	10 326 222,59	562 472,87	5%
Atividades de investimento					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros		20 165 145,16	0,00	20 165 145,16	
Subsídios ao investimento		82 129,99	95 895,55	-13 765,56	-14%
Juros e rendimentos similares		147 897,44	121 440,40	26 457,04	22%
Dividendos		0,00	0,00	0,00	
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-3 045 522,02	-3 730 320,35	-684 798,33	-18%
Ativos intangíveis		-640,00	-242,17	397,83	164%
Investimentos financeiros		-21 429 283,50	0,00	21 429 283,50	
Fluxos das atividades de investimento		-4 080 272,93	-3 513 226,57	-567 046,36	16%
Atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	
Doações		244 282,82	270 212,61	-25 929,79	-10%
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-8 053 363,51	-3 420 000,00	4 633 363,51	135%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-7 809 080,69	-3 149 787,39	-4 659 293,30	148%
Variações de caixa e seus equivalentes		-1 000 658,16	3 663 208,63	-4 663 866,79	-127%
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 973 151,17	5 309 942,54	3 663 208,63	69%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24	7 972 493,01	8 973 151,17	-1 000 658,16	-11%

3.4 Demonstração da Alteração nos Fundos Patrimoniais

	Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Em 1 de janeiro de 2024		71 034 585,33	-5 622 350,51	2 844 452,20	4 592 009,89	72 848 696,91
Variações relacionadas c/ subsídios ao investimento				120 711,46		120 711,46
Outras variações reconhecidas nos fundos patrimoniais						
Resultado líquido do exercício					5 875 614,09	5 875 614,09
Resultado extensivo		0,00	0,00	120 711,46	5 875 614,09	5 996 325,55
Transferência do resultado líquido do exercício anterior			4 592 009,89		-4 592 009,89	0,00
Em 31 de dezembro de 2024	25	71 034 585,33	-1 030 340,62	2 965 163,66	5 875 614,09	78 845 022,46
Em 1 de janeiro de 2025		71 034 585,33	-1 030 340,62	2 965 163,66	5 875 614,09	78 845 022,46
Variações relacionadas c/ subsídios ao investimento				-103 385,60		-103 385,60
Outras variações reconhecidas nos fundos patrimoniais						
Resultado líquido do exercício					3 558 431,73	3 558 431,73
Resultado extensivo		0,00	0,00	-103 385,60	3 558 431,73	3 455 046,13
Transferência do resultado líquido do exercício anterior			5 875 614,09		-5 875 614,09	0,00
Em 31 de dezembro de 2025	25	71 034 585,33	4 845 273,47	2 861 778,06	3 558 431,73	82 300 068,59

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras

1. Nota Introdutória

O Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus (a seguir designado “Instituto” ou “IIHSCJ”) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com fins de saúde, sem fins lucrativos, com Sede em Lisboa, na Rua Professor Luís da Cunha Gonçalves, nº 5, 1º esquerdo.

O Instituto tem por objeto a prestação de cuidados de saúde, em diversas áreas de especialidade, em regime de ambulatório e internamento: saúde mental e psiquiatria, reabilitação, demências e cuidados paliativos.

O Instituto dirige 12 unidades de saúde: 8 no Continente, 2 na Madeira e 2 nos Açores, com as seguintes designações:

Casa de Saúde Stª Rosa de Lima – **CSSRL** – Belas

Casas de Saúde Bom Jesus – **CSBJ** – Braga

Casa de Saúde Rainha Stª Isabel – **CSRSI** – Condeixa

Casa de Saúde da Idanha – **CSI** – Idanha

Clínica Psiquiátrica S. José – **CPSJ** – Lisboa

Centro Psicogeriátrico Nª Senhora de Fátima – **CPNSF** – Parede

Centro de Recuperação de Menores – **CRM** – Assumar

Casa de Saúde Bento Menni – **CSBM** – Guarda

Casa de Saúde Câmara Pestana – **CSCP** – S. Gonçalo

Centro de Reabilitação Psicopedagógico da Sagrada Família – **CRPSF** – S. Roque

Casa de Saúde Nª Senhora da Conceição – **CSNSC** – S. Miguel

Casa de Saúde do Espírito Santo – **CSES** – Terceira

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião de Direção de 22 de junho de 2026. É opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações do Instituto, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Enquadramento Fiscal

O Código da Atividade Económica (CAE) principal do IIHSCJ é 86100 – Atividades dos Estabelecimentos de Saúde com Internamento. Tem ainda como CAE’s secundários: 56301 – Cafés; 85591 – Formação Profissional; 87100 – Atividades de Cuidados de Enfermagem em Estruturas Residenciais e 96210 – Atividades de Salões de Cabeleireiro e Barbeiros.

Em janeiro de 2014 o IIHSCJ alterou o seu enquadramento em Sede de IVA para o regime misto.

O IIHSCJ é isento em Sede de IRC.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

Os montantes constantes neste anexo são expressos em euros, tal como as demonstrações financeiras.

3.2 Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, o Instituto avaliou a informação de que dispõe e as suas expetativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com a sua atividade. Da avaliação resultou que o Instituto prosseguirá a operar no futuro previsível, pressupondo-se a sua continuidade.

3.3 Pressuposto do regime do acréscimo (periodização económica)

Os elementos das demonstrações financeiras (ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos) são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

3.4 Regime contabilístico do acréscimo

O Instituto regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos quando ocorrem independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber” ou “Outras contas a pagar”, respetivamente.

3.5 Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.6 Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.7 Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido.

3.8 Informação comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

3.9 Juízos de valor e estimativas críticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

3.9.1 Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

As depreciações/amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização, pelo sistema de duodécimos. As taxas de depreciação/amortização praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

3.9.2 Imparidades em contas a receber e clientes

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação do Instituto da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do devedor e da deterioração da situação creditícia dos principais devedores. Caso as condições financeiras dos devedores se deteriore, as perdas de imparidades poderão ser superiores ao esperado.

3.9.3 Provisões

O Instituto exerce julgamento considerável no reconhecimento e mensuração das provisões. O julgamento é imprescindível para aferir a probabilidade que determinado processo em contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando o Instituto espera, relativamente aos processos em curso, que a perda seja provável, seja plausível uma saída de fundos e, por sua vez, possa ser razoavelmente estimada. Em virtude das incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser distintas das perdas estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações, à medida que surge nova informação sobre o processo.

3.10 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de 12 meses e que possam ser imediatamente ou muito rapidamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor.

3.11 Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- a) ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- b) ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

São classificados e mensurados ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado. São classificados e mensurados ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima.

As variações de justo valor são analisadas em cada data de relato e registadas nos resultados de exercício.

3.12 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Quando numa determinada classe de ativos existem diferenças significativas entre a quantia escriturada segundo o modelo do custo e o justo valor, o IIHSCJ aplica o modelo de revalorização a essa classe de ativos.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “outros rendimentos e ganhos” ou “outros gastos e perdas”.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta, por duodécimos, sendo o valor dos bens depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada, sendo aplicadas as seguintes taxas, de acordo com o DR 25/2009:

Classe do ativo	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	2,5% – 20%
Equipamento básico	5% - 100%
Equipamento de transporte	14,3% - 25%
Equipamento administrativo	12,5% - 100%
Outros ativos fixos tangíveis	12,5% - 100%

3.13 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. O custo dos ativos intangíveis adquiridos é o seu justo valor à data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.14 Imparidades de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos não correntes com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence. A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expetativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade.

A perda por imparidade é registada de imediato na Demonstração dos Resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da quantia recuperável do ativo. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na Demonstração dos Resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.15 Clientes e outras contas a receber

As rubricas de clientes e outras contas a receber são mensuradas ao custo menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados.

Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

3.16 Inventários

Os inventários compreendem as matérias subsidiárias e de consumo e encontram-se valorizadas ao mais baixo, entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição compreende todas as despesas incorridas até ao armazenamento dos inventários, sendo utilizado o custo médio ponderado como método de custeio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de venda. Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica das perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões).

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

3.17 Rédito

O rédito associado com uma transação que envolva a prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para o Instituto; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os gastos incorridos com a transação e os gastos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

3.18 Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que se cumprirão as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

3.19 Imposto sobre o rendimento

O Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, enquanto IPSS, está isento de IRC ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 10º do CIRC.

Esta isenção foi-lhe reconhecida por Declaração do Ministério das Finanças – DR III Série - nº 165, de 19/07/1990, pág. 8374, no que respeita às seguintes categorias de rendimentos:

- ▶ **Categoria C** – rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;
- ▶ **Categoria D** – rendimentos agrícolas, exclusivamente para autoconsumo;
- ▶ **Categoria E** – rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;
- ▶ **Categoria F** – rendimentos prediais;
- ▶ **Categoria G** – ganhos de mais-valias.

3.20 Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando: (i) o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), fruto de acontecimentos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Quando um destes requisitos não é preenchido, o Instituto procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como gasto financeiro na rubrica de “juros e outros gastos e perdas financeiras”. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados do Instituto.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.21 Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa (DFC) tem como finalidade proporcionar informação sobre os recebimentos e pagamentos em dinheiro no decurso da atividade corrente e operacional, bem como evidenciar a aplicação de dinheiro em investimentos e a obtenção de recursos monetários através de financiamentos, para se adaptar às necessidades e oportunidades futuras.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgadas as entradas e saídas de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

4. Eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do fecho, até à data de aprovação das demonstrações financeiras pela Direção do Instituto, e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data de fecho de contas, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data do fecho que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do relato financeiro, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, quando considerados materialmente relevantes.

5. Gestão de riscos da atividade

O IIHSCJ está, no âmbito da sua atividade, sujeito a diversos riscos. O Instituto dispõe de um Sistema de Controlo Interno que, de uma forma centralizada, define e faz implementar as políticas de gestão de risco.

5.1 Risco de crédito

A gestão do IIHSCJ define e revê periodicamente a estratégia de gestão de risco de crédito, que consta de regras internas e procedimentos definidos pela Direção.

5.2 Risco de mercado

A exposição ao risco de mercado é bastante residual e entende-se como principal risco os níveis e antiguidade de stocks.

A Direção tem definidas políticas de gestão deste risco sendo regularmente acompanhada a antiguidade e o volume de stocks, por forma a controlar eventuais desvios relativamente aos níveis considerados normais, tendo em conta o mercado e a evolução futura, enquadradas com as políticas internas.

5.3 Risco de liquidez

Anualmente é elaborado um orçamento em que constam as necessidades de tesouraria de cada unidade de saúde e é feita a respetiva consolidação pela Sede. Cada orçamento, assim como o consolidado, é analisado e aprovado pela Direção do IIHSCJ, que quantifica e integra as diretrizes estratégicas de gestão de liquidez, nomeadamente no que concerne à composição e diversidade das fontes de financiamento.

Mensalmente são analisados os desvios através dos mapas de controlo orçamental, sendo tomadas decisões para a sua correção.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

O Instituto calcula as depreciações/amortizações pelo método da linha reta e utiliza o regime de duodécimos para calcular a depreciação/amortização do ano da entrada em funcionamento ou utilização dos seus ativos.

7. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços por região apresentam os seguintes valores a 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Vendas e Prestações de Serviços - Por região				
	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Continente	62 631 433,59	58 610 754,27	4 020 679,32	7%
Madeira	17 167 533,32	15 948 476,76	1 219 056,56	8%
Açores	8 013 528,92	7 968 703,00	44 825,92	1%
Total vendas e prestações de serviços	87 812 495,83	82 527 934,03	5 284 561,80	6%

Verificou-se em 2025 um aumento global de cerca de 6% na rubrica de vendas e prestações de serviços face ao exercício anterior, correspondente a aproximadamente +5,3 milhões de euros. Esta evolução resulta do crescimento da atividade assistencial nas três regiões onde o Instituto desenvolve atividade, com maior expressão no Continente e na Região Autónoma da Madeira.

No Continente, o crescimento de aproximadamente 7% ficou sobretudo associado à atualização do valor das diárias de internamento em psiquiatria no âmbito do Acordo com a SNS/ACSS, que passaram de 68,00€ em 2024 para 72,60€ nas respostas de baixa e moderada complexidade e para 103,70€ nas respostas de alta complexidade em 2025, representando aumentos de cerca de 6,8% e 52,5%, respetivamente.

Na Região Autónoma da Madeira, verificou-se um crescimento de cerca de 8%, impulsionado principalmente pela atualização das diárias de psiquiatria de longo internamento, que passaram de 57,45€ para 62,72€ (+9,2%), bem como pelo aumento da diária diferenciada da unidade da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que evoluiu de 90,23€ para 92,33€, representando um aumento de aproximadamente 2,3%.

Na Região Autónoma dos Açores, apesar de a diária de internamento em psiquiatria do Serviço Regional de Saúde se manter inalterada nos 49,50€, registou-se ainda assim um crescimento de cerca de 1% da atividade faturada face ao exercício anterior pelo aumento da taxa de ocupação.

Adicionalmente, a atualização da diária de psiquiatria de longo internamento comparticipada pela ADSE, que passou de 45,00€ em 2024 para 68,00€ em 2025, contribuiu igualmente para o crescimento da rubrica de vendas e prestações de serviços no exercício.

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Internamento	82 564 399,81	77 862 885,18	4 701 514,63	6%
ACSS/SNS/SRS/ULS	62 078 807,85	56 646 949,95	5 431 857,90	10%
Outras Entidades	7 993 870,57	7 590 657,13	403 213,44	5%
Particulares	12 491 721,39	13 625 278,10	-1 133 556,71	-8%
Outras atividades assistenciais	2 475 449,43	2 217 440,05	258 009,38	12%
Consultas	1 222 730,75	1 177 791,89	44 938,86	4%
Serviços de reabilitação	989 287,32	847 559,98	141 727,34	17%
Área de dia	154 831,75	76 859,00	77 972,75	101%
Apoio domiciliário	108 599,61	115 229,18	-6 629,57	-6%
	85 039 849,24	80 080 325,23	4 959 524,01	6%
Vendas	18 593,14	18 671,36	-78,22	0%
Acréscimos de faturação	39 448,25	53 008,81	-13 560,56	-26%
Outros serviços	2 714 605,20	2 375 928,63	338 676,57	14%
	2 772 646,59	2 447 608,80	325 037,79	13%
	87 812 495,83	82 527 934,03	5 284 561,80	6%

Destaca-se igualmente o crescimento da faturação associada às respostas financiadas pela ACSS/SNS/SRS/ULS, refletindo a atualização progressiva das condições de financiamento da atividade assistencial e o aumento da complexidade clínica dos cuidados prestados nas diferentes unidades do Instituto.

A evolução das restantes atividades assistenciais evidencia também a consolidação da aposta do Instituto em respostas diferenciadas e complementares ao internamento tradicional, particularmente nas áreas da reabilitação psicossocial, funcional e cognitiva, que continuaram a apresentar uma evolução positiva ao longo de 2025.

Os serviços de reabilitação registaram um crescimento particularmente relevante, demonstrando o reforço da intervenção multidisciplinar e da procura crescente de respostas especializadas de acompanhamento e recuperação funcional.

Por outro lado, a redução verificada na rubrica de particulares reflete sobretudo alterações no perfil da procura e uma maior pressão sobre a capacidade instalada das unidades, num contexto em que o Instituto continuou a privilegiar a resposta às necessidades assistenciais mais diferenciadas e de maior complexidade clínica.

Globalmente, a evolução da rubrica de vendas e prestações de serviços em 2025 confirma a consolidação da atividade operacional do Instituto, o reforço da diferenciação das respostas assistenciais e a crescente especialização dos cuidados prestados nas diferentes áreas de intervenção.

8. Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios, doações e legados à exploração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são como se segue:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	478 223,68	541 824,21	-63 600,53	-12%
Subsídios de Outras Entidades	393 110,14	358 477,50	34 632,64	10%
Donativos	357 621,74	408 033,21	-50 411,47	-12%
	1 228 955,56	1 308 334,92	-79 379,36	-6%

Em 2025 o Instituto continuou a receber subsídios do Estado e de Outros Entes Públicos, a par de outras entidades que têm apoiado projetos de inovação e setores da sociedade mais desfavorecidos. Continua a ser expressivo o valor dos donativos recebidos.

Em 31 de dezembro de 2025, os subsídios, doações e legados totalizam 1 228 955,56€, representando uma diminuição de 6% face a 2024. A redução resulta sobretudo da diminuição dos subsídios do Estado (-12%) e dos donativos (-12%), parcialmente compensada pelo aumento dos subsídios de outras entidades (+10%).

	Entidades subsidiadoras - Por região			
	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Continente				
Fundos Europeus	154 676,48	211 643,62	-56 967,14	-27%
Câmara Municipal Sintra	121 550,68	208 848,59	-87 297,91	-42%
Câmara Municipal Cascais	97 832,31	26 425,03	71 407,28	270%
Segurança Social	85 368,52	37 269,93	48 098,59	129%
IEFP - Inst. Emprego e Formação Profissional	63 233,41	50 810,33	12 423,08	24%
Câmara Municipal Lisboa	2 728,65	0,00	2 728,65	
Outras Entidades	36 613,96	31 799,51	4 814,45	15%
Donativos	231 107,34	214 952,42	16 154,92	8%
	793 111,35	781 749,43	11 361,92	1%
Madeira				
Governo Regional da Madeira	169 194,14	183 912,69	-14 718,55	-8%
IEFP - Inst. Emprego e Formação Profissional	9 450,58	13 131,55	-3 680,97	-28%
Câmara Municipal Funchal	8 500,00	10 500,00	-2 000,00	-19%
Fundos Europeus	4 822,96	4 200,00	622,96	15%
Outras Entidades	5 186,18	2 332,05	2 854,13	122%
Donativos	121 000,15	127 898,61	-6 898,46	-5%
	318 154,01	341 974,90	-23 820,89	-7%
Açores				
Segurança Social	110 377,95	100 071,88	10 306,07	10%
GRA - Direção Regional Saúde Açores	1 798,00	19 356,53	-17 558,53	-91%
Donativos	5 514,25	65 182,18	-59 667,93	-92%
	117 690,20	184 610,59	-66 920,39	-36%
Total Subsídios, Doações e Legados	1 228 955,56	1 308 334,92	-79 379,36	-6%

Por regiões, a evolução dos subsídios, doações e legados à exploração entre 2024 e 2025 encontra-se essencialmente relacionada com o desenvolvimento de projetos específicos e respostas diferenciadas ajustadas às necessidades assistenciais, sociais e comunitárias identificadas em cada região. nomeadamente Ginásios Cerebrais na comunidade, literacia em saúde mental para os jovens em idade escolar, apoio domiciliários entre outros.

No Continente verificou-se uma evolução globalmente estável desta rubrica, com um ligeiro crescimento face ao exercício anterior. Destaca-se o aumento dos apoios provenientes das Câmaras Municipais de Cascais e da Segurança Social, refletindo o desenvolvimento de respostas comunitárias, projetos de inclusão social e iniciativas de proximidade em articulação com entidades locais e sociais. Verificou-se igualmente um aumento dos donativos recebidos, demonstrando o reforço do apoio institucional e comunitário às atividades desenvolvidas pelo Instituto.

Na Região Autónoma da Madeira registou-se uma redução moderada dos subsídios e apoios recebidos face a 2024, essencialmente relacionada com a conclusão e reestruturação de alguns projetos específicos financiados por entidades regionais e locais, bem como pela redução de apoios extraordinários reconhecidos no exercício anterior.

Na Região Autónoma dos Açores verificou-se uma diminuição mais significativa desta rubrica, particularmente ao nível dos apoios da Direção Regional da Saúde e dos donativos recebidos, refletindo a natureza pontual de alguns financiamentos associados a projetos específicos desenvolvidos na Região em 2024 e que não tiveram continuidade na mesma dimensão em 2025.

Globalmente, os subsídios, doações e legados à exploração continuam a assumir um papel complementar relevante no desenvolvimento de respostas assistenciais, sociais e comunitárias diferenciadas, permitindo ao Instituto adaptar a sua intervenção às necessidades específicas das populações e regiões onde desenvolve atividade.

9. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	CMVMC - Por região			
	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Continente				
Medicamentos	2 118 083,08	1 796 520,42	321 562,66	18%
Dispositivos Médicos	1 008 851,83	960 666,01	48 185,82	5%
Produtos Alimentares	1 517 819,42	1 483 370,79	34 448,63	2%
Material Consumo Hoteleiro	1 077 207,79	1 051 648,56	25 559,23	2%
Material Manutenção e Conservação	204 350,63	147 882,25	56 468,38	38%
Outros Materiais	196 399,11	203 427,50	-7 028,39	-3%
	6 122 711,86	5 643 515,53	479 196,33	8%
Madeira				
Medicamentos	434 166,26	394 800,68	39 365,58	10%
Dispositivos Médicos	288 126,63	281 895,48	6 231,15	2%
Produtos Alimentares	986 625,62	993 634,47	-7 008,85	-1%
Material Consumo Hoteleiro	321 897,55	332 226,98	-10 329,43	-3%
Material Manutenção e Conservação	62 124,82	52 923,37	9 201,45	17%
Outros Materiais	63 368,68	73 618,16	-10 249,48	-14%
	2 156 309,56	2 129 099,14	27 210,42	1%
Açores				
Medicamentos	299 556,44	285 199,93	14 356,51	5%
Dispositivos Médicos	151 349,19	120 259,99	31 089,20	26%
Produtos Alimentares	205 105,03	413 888,50	-208 783,47	-50%
Material Consumo Hoteleiro	205 912,32	199 467,10	6 445,22	3%
Material Manutenção e Conservação	47 386,24	33 834,84	13 551,40	40%
Outros Materiais	26 106,17	31 451,20	-5 345,03	-17%
	935 415,39	1 084 101,56	-148 686,17	-14%
Total do CMVMC	9 214 436,81	8 856 716,23	357 720,58	4%

Em 2025, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas registou um aumento global de cerca de 4% face ao exercício anterior, correspondente a aproximadamente +358 mil euros, refletindo o crescimento da atividade assistencial, a maior complexidade clínica dos utentes acompanhados e a pressão inflacionista sobre diversos bens essenciais ao funcionamento das unidades assistenciais.

No Continente verificou-se um crescimento de aproximadamente 8% desta rubrica, destacando-se particularmente o aumento dos custos com medicamentos (+18%), dispositivos médicos (+5%) e materiais de manutenção e conservação (+38%). Esta evolução encontra-se associada ao reforço da atividade assistencial, à crescente complexidade terapêutica dos utentes, ao aumento do consumo clínico e à necessidade de manutenção e adaptação contínua das infraestruturas e equipamentos das diferentes unidades.

Os produtos alimentares e o material de consumo hoteleiro mantiveram igualmente uma tendência de crescimento no Continente, acompanhando o aumento do número de dias de internamento e da exigência assistencial das respostas desenvolvidas e da atualização do Contrato com entidades externas, não apenas de acordo com a inflação, mas também do aumento do salário mínimo, que em 2025 aumentou 6,1%.

Na Região Autónoma da Madeira registou-se uma evolução globalmente estável da rubrica (+1%), verificando-se um aumento dos custos com medicamentos (+10%) e materiais de manutenção e conservação (+17%), parcialmente compensado pela redução dos custos associados aos produtos alimentares, material de consumo hoteleiro e outros materiais.

Na Região Autónoma dos Açores verificou-se uma redução global de aproximadamente 14%, explicada essencialmente pela diminuição significativa dos custos com produtos alimentares (-50%). Esta evolução decorre do facto de a Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição ter deixado de assegurar internamente a confeção das refeições a partir de junho de 2025, passando este serviço a ser prestado por uma entidade externa, com impacto na transferência parcial destes custos para a rubrica de fornecimentos e serviços externos.

Apesar da redução global registada nos Açores, verificou-se ainda assim um aumento dos custos com medicamentos (+5%), dispositivos médicos (+26%) e materiais de manutenção e conservação (+40%), refletindo a continuidade da atividade assistencial e a necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento das unidades e qualidade dos cuidados prestados.

10. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	FSE - Por região			
	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Continente	12 222 894,44	12 011 162,36	211 732,08	2%
Madeira	2 095 993,39	2 105 210,44	-9 217,05	0%
Açores	1 914 037,09	1 634 215,54	279 821,55	17%
Total dos FSE	16 232 924,92	15 750 588,34	482 336,58	3%

Em 2025, os fornecimentos e serviços externos totalizam 16 232 924,92€, representando um aumento de 3% face a 2024.

A variação resulta do crescimento no Continente (+2%) e nos Açores (+17%), com a Madeira a manter-se estável.

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Honorários - área assistencial e não assistencial	3 984 747,88	3 985 030,05	-282,17	0%
Serviços restauração	3 418 092,52	3 029 900,14	388 192,38	13%
Trabalhos especializados	2 073 536,87	1 671 708,92	401 827,95	24%
Combustíveis e outros fluídos	1 610 198,58	2 218 119,41	-607 920,83	-27%
Conservação e reparação	1 544 208,48	1 328 058,09	216 150,39	16%
Eletricidade	883 257,15	952 791,22	-69 534,07	-7%
Assessoria e informática	660 474,50	650 212,71	10 261,79	2%
Vigilância e segurança	432 223,70	388 961,61	43 262,09	11%
Limpeza, higiene e conforto	372 336,16	302 945,87	69 390,29	23%
Água	337 823,09	341 795,60	-3 972,51	-1%
Rendas e alugueres	153 264,02	186 386,93	-33 122,91	-18%
Comunicação	149 657,21	142 096,50	7 560,71	5%
Deslocações e estadas	124 904,38	102 997,82	21 906,56	21%
Materiais	121 893,72	100 469,83	21 423,89	21%
Seguros	115 887,50	114 865,34	1 022,16	1%
Publicidade	12 267,31	11 644,54	622,77	5%
Outros materiais e serviços consumidos	238 151,85	222 603,76	15 548,09	7%
	16 232 924,92	15 750 588,34	482 336,58	3%

À semelhança dos exercícios anteriores, a rubrica de fornecimentos e serviços externos continua a representar uma componente estrutural relevante dos custos operacionais do Instituto, associada à crescente complexidade assistencial, ao funcionamento das diferentes unidades e à necessidade contínua de assegurar elevados padrões de qualidade, segurança e operacionalidade.

A maior parcela desta rubrica corresponde aos honorários da área assistencial e não assistencial, que ascenderam a cerca de 4 milhões de euros em 2025, mantendo-se praticamente estáveis face ao exercício anterior. Uma parte significativa destes encargos refere-se à contratação de serviços de enfermagem e outros profissionais especializados.

A estabilidade desta rubrica reflete o esforço desenvolvido pelo Instituto na integração progressiva de profissionais nos quadros permanentes, compensando parcialmente o impacto do aumento do valor/hora verificado na contratação de serviços especializados ao longo do exercício.

Os serviços de restauração registaram um crescimento de aproximadamente 13%, ascendendo a cerca de 3,4 milhões de euros. Esta evolução resulta da atualização dos contratos de fornecimento alimentar nas unidades com serviços externalizados, bem como da integração de um Centro da Região Autónoma dos Açores neste modelo de prestação de serviços durante o exercício de 2025.

A rubrica de trabalhos especializados apresentou um aumento significativo de cerca de 24%, refletindo o reforço dos encargos associados:

- aos serviços médicos, de enfermagem e terapias;
- aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica;
- à assistência técnica especializada;
- à contratação externa de recursos humanos;
- à manutenção de equipamentos clínicos;
- à saúde, higiene e segurança no trabalho;
- e a outros serviços técnicos indispensáveis ao funcionamento das unidades assistenciais.

Os custos com combustíveis e outros fluídos registaram uma redução expressiva de aproximadamente 27%, em resultado da negociação centralizada do fornecimento de gás natural para os Centros do Continente, permitindo estabilizar e otimizar os custos energéticos durante o exercício.

A rubrica de conservação e reparação apresentou um crescimento de cerca de 16%, refletindo a continuidade dos investimentos realizados na manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas do Instituto, bem como intervenções de adaptação funcional e melhoria das condições operacionais das diferentes unidades.

Os gastos relacionados com vigilância e segurança aumentaram aproximadamente 11%, enquanto a rubrica de higiene e conforto registou um crescimento de cerca de 23%, acompanhando o reforço das exigências operacionais, assistenciais e regulamentares associadas à atividade desenvolvida pelo Instituto.

As rubricas de deslocações e estadas e de formação apresentaram igualmente um crescimento relevante, refletindo o aumento da atividade institucional, da articulação entre unidades e do investimento contínuo na qualificação e atualização técnica dos profissionais.

Por outro lado, verificou-se uma redução nas rubricas da eletricidade, da água e das rendas, refletindo medidas de racionalização e otimização de custos implementadas ao longo do exercício.

No conjunto, a evolução dos fornecimentos e serviços externos em 2025 traduz o crescimento da atividade assistencial, a maior exigência operacional das respostas desenvolvidas e o esforço contínuo do Instituto na manutenção da qualidade, segurança, modernização e sustentabilidade das suas estruturas e serviços.

11. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes montantes na rubrica de gastos com o pessoal:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Remunerações do pessoal	45 952 793,14	41 311 385,11	4 641 408,03	11%
Encargos sobre remunerações	9 877 238,10	8 737 851,63	1 139 386,47	13%
Seguros	617 595,94	567 338,84	50 257,10	9%
Outros gastos com pessoal	1 256 502,97	936 533,29	319 969,68	34%
	57 704 130,15	51 553 108,87	6 151 021,28	12%

Os gastos com pessoal ascenderam a 57,7 milhões de euros em 2025, representando um aumento de aproximadamente 6,2 milhões de euros +12% face ao exercício anterior. Esta evolução resulta da conjugação de vários fatores, nomeadamente da atualização das remunerações, do correspondente aumento dos encargos sociais, da valorização das carreiras profissionais e da crescente pressão exercida pelo mercado de trabalho na contratação e retenção de profissionais especializados na área da saúde.

As remunerações base aumentaram cerca de 11%, atingindo 32,5 milhões de euros, enquanto os encargos sobre remunerações cresceram aproximadamente 13%, acompanhando a evolução da massa salarial. O crescimento dos custos com pessoal reflete igualmente o impacto da atualização do salário

mínimo nacional, que em 2025 aumentou 5,7% no Continente e na Região Autónoma dos Açores e 7,1% na Região Autónoma da Madeira.

Para além da atualização salarial de carácter geral, verificou-se uma pressão significativa sobre diversas categorias profissionais, particularmente médicos, enfermeiros, psicólogos, terapeutas e outros técnicos especializados, decorrente da escassez de profissionais disponíveis no mercado de trabalho e da concorrência crescente entre entidades públicas, sociais e privadas do setor da saúde.

Importa ainda referir que várias medidas governamentais de valorização das carreiras da saúde implementadas nos últimos anos continuaram a produzir efeitos em 2025, contribuindo para a atualização dos níveis remuneratórios e para o aumento dos custos associados à retenção e atração de profissionais qualificados.

Ao nível das componentes remuneratórias, destaca-se o aumento das remunerações base de +11%, e com consequência no aumento de 12% dos subsídios de férias e de Natal e, de forma mais expressiva, do trabalho suplementar +32%, refletindo as dificuldades de recrutamento verificadas em algumas áreas profissionais e a necessidade de assegurar a continuidade da prestação assistencial através do recurso a horas extraordinárias e reforço temporário das equipas.

Os outros gastos com pessoal registaram igualmente um crescimento significativo (+34%), incluindo custos associados a compensações, benefícios, formação, medicina do trabalho e outras despesas relacionadas com a gestão dos recursos humanos.

Gastos com Pessoal - Por região				
	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Continente	40 505 352,79	36 287 344,58	4 218 008,21	12%
Madeira	11 211 989,11	10 035 428,98	1 176 560,13	12%
Açores	5 986 788,25	5 230 335,31	756 452,94	14%
Total dos gastos com o pessoal	57 704 130,15	51 553 108,87	6 151 021,28	12%

Por regiões, verifica-se um crescimento transversal dos gastos com pessoal, com aumentos de cerca de 12% no Continente, 12% na Região Autónoma da Madeira e 14% na Região Autónoma dos Açores. Neste último caso, a evolução é particularmente relevante, refletindo as maiores dificuldades de recrutamento e retenção de profissionais numa região ultraperiférica, onde os custos de contexto e a escassez de recursos humanos especializados se fazem sentir de forma mais acentuada.

A evolução desta rubrica evidencia o compromisso do Instituto com a valorização dos seus colaboradores e com a manutenção de equipas qualificadas e estáveis, condição indispensável para garantir a qualidade, segurança e continuidade dos cuidados prestados às pessoas assistidas.

12. Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)

Durante o exercício económico de 2025 o IIHSCJ não constituiu imparidades das dívidas de entidades, mas constituiu imparidades das dívidas dos clientes particulares da Casa de Saúde Rainha Santa Isabel e da Casa de Saúde da Idanha (que estavam por liquidar até dezembro de 2024) no valor de 100 458,30€. Efetuou a reversão de imparidades no valor de 137 778,45€.

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Reversões de perdas por imparidade em dívidas clientes	137 778,45	275 027,93	-137 249,48	-50%
Perdas por imparidade em dívidas clientes	-100 458,30	-140 005,49	39 547,19	-28%
	37 320,15	135 022,44	-97 702,29	-72%

13. Aumentos/reduções de justo valor

Em 2025 os investimentos financeiros do IIHSCJ foram compostos por Bilhetes do Tesouro, Carteiras Discricionárias e outros títulos.

Os valores de mercado das aplicações a 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
BILHETES DO TESOURO				
Valor início ano	2 740 379,63	1 417 962,39	1 322 417,24	93%
Aquisições	21 424 820,27	8 129 406,65	13 295 413,62	164%
Alienações	-20 165 145,16	-6 858 270,12	-13 306 875,04	194%
Gastos/rendimentos no ano	0,00	0,00	0,00	
Valor final ano	4 096 671,73	2 740 379,63	1 356 292,10	49%
Valorização/Desvalorização	96 616,99	51 280,71	45 336,28	88%
CARTEIRAS DISCRICIONÁRIAS				
Valor início ano	8 291 022,52	7 818 644,70	472 377,82	6%
Aquisições	0,00	0,00	0,00	
Alienações	0,00	0,00	0,00	
Gastos/rendimentos no ano	168 876,68	164 235,66	4 641,02	3%
Valor final ano	8 589 625,84	8 291 022,52	298 603,32	4%
Valorização/Desvalorização	129 726,64	308 142,16	-178 415,52	-58%
OUTROS TÍTULOS				
Aquisições	0,00	0,00	0,00	
Gastos/rendimentos no ano	0,00	-2 433,66	2 433,66	-100%
Devolução FCT	0,00	-337 387,12	337 387,12	-100%
Valor final ano	0,00	0,00	0,00	
Valorização/Desvalorização	0,00	-2 433,66	2 433,66	-100%
Aumento / redução pelo justo valor	226 343,63	356 989,21	-130 645,58	-37%

A variação na rubrica aumentos/reduções de justo valor do IIHSCJ é justificada essencialmente pelos movimentos dos valores nas Carteiras Discricionárias e respetivas valorizações no ano de 2025.

Foi determinante a existência de uma maior disponibilidade de tesouraria, conseguida em virtude da assinatura do Acordo de Cooperação entre a ACSS e o IIHSCJ que trouxe maior estabilidade e pagamento atempado dos serviços prestados.

14. Outros rendimentos

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de outros rendimentos tem o seguinte detalhe:

Outros rendimentos - Por região				
	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Continente				
Juros e rendimentos similares	423 318,62	355 539,37	67 779,25	19%
Descontos de pronto pagamento obtidos	33 455,76	31 569,30	1 886,46	6%
Outros rendimentos e ganhos operacionais				
Reembolsos e participações	442 343,23	681 494,04	-239 150,81	-35%
Subsídios ao investimento	93 074,28	66 983,03	26 091,25	39%
Alugueres	43 930,27	72 886,86	-28 956,59	-40%
Correções relativas a períodos anteriores	27 399,22	17 518,57	9 880,65	56%
Rend. e ganhos em investimentos não financeiros	9 604,46	9 416,91	187,55	2%
Comissões	4 042,29	5 560,45	-1 518,16	-27%
Restituição impostos	1 147,59	1 054,88	92,71	9%
Outros rendimentos e ganhos	119 618,05	117 228,24	2 389,81	2%
	1 197 933,77	1 359 251,65	-161 317,88	-12%
Madeira				
Juros e rendimentos similares	295,83	188,67	107,16	57%
Descontos de pronto pagamento obtidos	9 412,64	10 017,17	-604,53	-6%
Outros rendimentos e ganhos operacionais				
Reembolsos e participações	283 200,74	250 100,61	33 100,13	13%
Subsídios ao investimento	112 025,91	117 637,27	-5 611,36	-5%
Alugueres	11 717,15	10 233,56	1 483,59	14%
Correções relativas a períodos anteriores	2 331,55	4 558,42	-2 226,87	-49%
Rend. e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	137,94	-137,94	-100%
Outros rendimentos e ganhos	61 926,25	41 638,46	20 287,79	49%
	480 910,07	434 512,10	46 397,97	11%
Açores				
Juros e rendimentos similares	0,00	979,17	-979,17	-100%
Descontos de pronto pagamento obtidos	324,46	183,63	140,83	77%
Outros rendimentos e ganhos operacionais				
Reembolsos e participações	231 431,99	244 805,82	-13 373,83	-5%
Subsídios ao investimento	10 724,45	15 447,64	-4 723,19	-31%
Alugueres	1 681,03	2 715,51	-1 034,48	-38%
Correções relativas a períodos anteriores	11 682,49	2 668,09	9 014,40	338%
Rend. e ganhos em investimentos não financeiros	30,00	7 975,54	-7 945,54	-100%
Outros rendimentos e ganhos	17 041,27	7 127,59	9 913,68	139%
	272 915,69	281 902,99	-8 987,30	-3%
Total dos outros rendimentos	1 951 759,53	2 075 666,74	-123 907,21	-6%

A rubrica de outros rendimentos registou em 2025 um valor de cerca de 2,0 milhões de euros, representando uma redução de aproximadamente 6% face ao exercício anterior.

Esta evolução resulta essencialmente da diminuição dos reembolsos e participações registados no Continente (-35%), parcialmente compensada pelo aumento dos juros e rendimentos similares (+19%), refletindo a melhoria da rentabilidade das aplicações financeiras e da gestão de tesouraria do Instituto.

Na Região Autónoma da Madeira verificou-se um crescimento de cerca de 11%, impulsionado sobretudo pelo aumento dos reembolsos e participações e da rubrica de outros rendimentos e ganhos.

Na Região Autónoma dos Açores os outros rendimentos mantiveram-se globalmente estáveis, registando uma redução de aproximadamente 3% face ao exercício anterior.

Em termos globais, esta rubrica continua a refletir a diversificação das fontes complementares de rendimento do Instituto, nomeadamente através de rendimentos financeiros, participações, subsídios ao investimento e outros ganhos operacionais associados à atividade desenvolvida.

A rubrica dos reembolsos e participações, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, tem o seguinte detalhe:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Continente				
Complemento dependência	230 744,53	456 706,36	-225 961,83	-49%
Bar externo	0,00	0,00	0,00	
UVP/Residências	39 095,18	38 721,13	374,05	1%
Outros reembolsos e participações	172 503,52	186 066,55	-13 563,03	-7%
	442 343,23	681 494,04	-239 150,81	-35%
Madeira				
Complemento dependência	272 971,10	239 308,76	33 662,34	14%
Bar externo	0,00	1,07	-1,07	-100%
UVP/Residências	3 701,00	3 800,00	-99,00	-3%
Outros reembolsos e participações	6 528,64	6 990,78	-462,14	-7%
	283 200,74	250 100,61	33 100,13	13%
Açores				
Complemento dependência	153 543,44	151 740,89	1 802,55	1%
Bar externo	70 530,23	79 445,86	-8 915,63	-11%
UVP/Residências	2 604,94	3 213,01	-608,07	-19%
Outros reembolsos e participações	4 753,38	10 406,06	-5 652,68	-54%
	231 431,99	244 805,82	-13 373,83	-5%
	956 975,96	1 176 400,47	-219 424,51	-19%

A redução verificada na rubrica de reembolsos e participações, que passou de cerca de 1,18 milhões de euros em 2024 para aproximadamente 957 mil euros em 2025 (-19%), encontra-se diretamente relacionada com a evolução do modelo de financiamento do internamento psiquiátrico no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

No Continente, a diminuição de cerca de 35% resulta essencialmente da redução da rubrica de complemento de dependência, que apresentou um decréscimo de aproximadamente 226 mil euros (-49%). Esta evolução decorre da entrada em vigor do novo Acordo celebrado com a ACSS/SNS em 2025, que introduziu uma atualização das diárias de internamento e a diferenciação do financiamento em função dos níveis de complexidade assistencial.

Com esta alteração, os valores anteriormente faturados aos utentes a título de complemento de dependência passaram a estar incorporados no próprio modelo de financiamento das diárias, implicando uma redução significativa do recurso a esta participação complementar.

Na Região Autónoma da Madeira verificou-se um crescimento de cerca de 13%, impulsionado sobretudo pelo aumento dos valores associados ao complemento de dependência, refletindo a evolução da atividade assistencial e das características dos utentes acompanhados.

Nos Açores, a rubrica manteve-se relativamente estável, registando uma redução de cerca de 5% face ao exercício anterior.

Assim, a redução observada nesta rubrica não resulta de uma diminuição da atividade assistencial, mas sim de uma alteração do enquadramento e da forma de financiamento dos cuidados prestados, particularmente no Continente, passando uma parte significativa destes montantes a estar integrada nas diárias de internamento financiadas pelo SNS.

A rubrica de subsídios ao investimento regista o reconhecimento em resultados dos subsídios destinados ao investimento em ativo fixo tangível, maioritariamente obras, concedidos por diversas entidades. Este reconhecimento é efetuado ao longo da vida útil estimada para o investimento concedido. No ano 2025 esta rubrica é de 215 824,64€ e registou um acréscimo de 8% relativamente a 2024.

Subsídios ao investimento - Por região				
	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Continente				
Subsídios p/ Edifícios Hospitalares	46 986,59	37 218,43	9 768,16	26%
Subsídios p/ Equip. Médico Cirúrgico	7 918,31	2 994,85	4 923,47	164%
Subsídios p/ Equip. Hospitalar	6 241,08	6 001,82	239,26	4%
Subsídios p/ Equip. de Hotelaria	49,71	0,00	49,71	
Subsídios p/ Veículos Automóveis	6 445,37	3 482,88	2 962,49	85%
Subsídios p/ Equip. Administrativo	13 198,41	1 888,68	11 309,73	599%
Subsídios p/ Equip. Informático	4 423,05	4 253,91	169,14	4%
Donativos	7 265,27	10 386,00	-3 120,72	-30%
Ofertas	0,00	210,00	-210,00	-100%
Reembolsos	546,47	546,47	0,00	0%
	93 074,28	66 983,03	26 091,25	39%
Madeira				
Subsídios p/ Edifícios Hospitalares	105 063,82	111 875,00	-6 811,18	-6%
Subsídios p/ Equip. Médico Cirúrgico	835,93	835,93	0,00	0%
Subsídios p/ Equip. Hospitalar	1 620,22	1 620,22	0,00	0%
Subsídios p/ Equip. de Hotelaria	294,72	294,72	0,00	0%
Subsídios p/ Out. Equip. Básico	2 836,32	2 836,32	0,00	0%
Donativos	1 374,90	175,08	1 199,82	685%
	112 025,91	117 637,27	-5 611,36	-5%
Açores				
Subsídios p/ Equip. de Hotelaria	0,00	526,56	-526,56	-100%
Subsídios p/ Veículos Automóveis	9 878,53	9 878,52	0,01	0%
Subsídios p/ Equip. Administrativo	336,76	0,00	336,76	
Subsídios p/ Equip. Informático	317,78	344,16	-26,38	-8%
Donativos	191,38	4 698,40	-4 507,02	-96%
	10 724,45	15 447,64	-4 723,19	-31%
Total dos subsídios ao investimento	215 824,64	200 067,96	15 756,70	8%

15. Outros gastos

A rubrica outros gastos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é composta da seguinte forma:

Outros Gastos - Por região				
	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Continente				
Correções a períodos anteriores	68 270,21	64 280,32	3 989,89	6%
Impostos e taxas	15 377,38	16 039,90	-662,52	-4%
Gastos e perdas em invest. não financeiros	8 355,84	0,00	8 355,84	
Dívidas incobráveis	8 113,97	6 747,78	1 366,19	20%
Quotizações	1 297,50	1 367,50	-70,00	-5%
Donativos	650,00	244,00	406,00	166%
Outros				
Serviços e artigos p/ tempos livres e terapia	76 225,91	82 180,17	-5 954,26	-7%
Compensação-Emprego/Oficinas Protegidas	33 028,20	73 198,06	-40 169,86	-55%
Prémio a doentes por serv. ergoterapia	14 592,00	15 708,00	-1 116,00	-7%
Artigos de culto	3 463,79	2 956,19	507,60	17%
Multas e penalidades	361,54	61,32	300,22	490%
Outros gastos e perdas	8 976,71	3 065,05	5 911,66	193%
	238 713,05	265 848,29	-27 135,24	-10%
Madeira				
Correções a períodos anteriores	52 171,94	37 496,22	14 675,72	39%
Impostos e taxas	1 047,34	321,00	726,34	226%
Gastos e perdas em invest. não financeiros	134,22	0,00	134,22	
Dívidas incobráveis	0,00	196,69	-196,69	-100%
Outros				
Serviços e artigos p/ tempos livres e terapia	31 005,72	35 293,83	-4 288,11	-12%
Prémio a doentes por serv. ergoterapia	27 413,60	27 839,00	-425,40	-2%
Artigos de culto	602,91	742,72	-139,81	-19%
Outros gastos e perdas	5 265,08	4 440,75	824,33	19%
	117 640,81	106 330,21	11 310,60	11%
Açores				
Correções a períodos anteriores	12 904,67	2 142,75	10 761,92	502%
Impostos e taxas	50,00	150,00	-100,00	-67%
Quotizações	170,00	170,00	0,00	0%
Donativos	360,00	71,00	289,00	407%
Outros				
Serviços e artigos p/ tempos livres e terapia	9 054,34	5 128,19	3 926,15	77%
Compensação-Emprego/Oficinas Protegidas	47 616,24	45 006,24	2 610,00	6%
Artigos de culto	1 074,65	1 100,90	-26,25	-2%
Outros gastos e perdas	0,01	72,00	-71,99	-100%
	71 229,91	53 841,08	17 388,83	32%
Total dos outros gastos	427 583,77	426 019,58	1 564,19	0%

Em 2025 registou-se uma variação pouco significativa relativamente a 2024 (+ 1 564,19€).

Por região, verificou-se uma diminuição no Continente (-27 135,2€; -10%), um aumento na Madeira (+11 310,60€; +11%) e nos Açores (+17 388,83€; +32%).

As principais variações resultam sobretudo da redução da compensação ao emprego e oficinas protegidas no Continente, do aumento de correções de períodos anteriores na Madeira e nos Açores.

As correções relativas a períodos anteriores compreendem, entre outras:

- (i) correções de faturas cujo período deveria ter afetado o exercício de 2024;
- (ii) regularizações de notas de crédito de clientes, relativas a adiantamentos de clientes de períodos anteriores;
- (iii) reforço da provisão para férias e subsídio de férias do ano anterior.

16. Ativos fixos tangíveis

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento nos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administ.	Out. ativos fixos tangíveis	Em curso	Total
Custo de aquisição							
Em 1/janeiro/2024	108 599 428,15	32 582 614,66	1 095 903,52	4 882 606,02	732 528,18	462 326,34	148 355 406,87
Aquisições	231 479,69	1 035 024,50	79 007,01	195 233,85	1 856,77	2 795 993,67	4 338 595,49
Alienações e abates	0,00	-83 816,11	0,00	-18 123,86	0,00	0,00	-101 939,97
Transferências	2 384 948,91	398 125,82	0,00	5 846,30	0,00	-2 788 921,03	0,00
Ajust. e recl. (pedido IVA)	-188 789,57	-14 507,14	0,00	0,00	0,00	-2 579,76	-205 876,47
Em 31/dez/2024	111 027 067,18	33 917 441,73	1 174 910,53	5 065 562,31	734 384,95	466 819,22	152 386 185,92
Em 1/janeiro/2025	111 027 067,18	33 917 441,73	1 174 910,53	5 065 562,31	734 384,95	466 819,22	152 386 185,92
Aquisições	62 832,71	1 185 796,44	242 132,72	176 168,81	25 929,40	1 476 990,17	3 169 850,25
Alienações e abates	0,00	-305 005,15	0,00	-34 541,70	-1 865,39	0,00	-341 412,24
Transferências	865 886,24	200 284,50	0,00	0,00	0,00	-1 066 170,74	0,00
Ajust. e recl. (pedido IVA)	-44 212,44	-20 354,40	-23 000,00	0,00	0,00	-30 670,72	-118 237,56
Em 31/dez/2025	111 911 573,69	34 978 163,12	1 394 043,25	5 207 189,42	758 448,96	846 967,93	155 096 386,37
Depreciação acumulada							
Em 1/janeiro/2024	-53 564 903,23	-29 183 419,83	-1 037 990,10	-4 641 772,13	-705 933,31	0,00	-89 134 018,60
Depreciação do exercício	-2 770 882,55	-925 820,17	-29 870,46	-202 934,28	-12 150,63	0,00	-3 941 658,09
Alienações e abates	0,00	83 816,11	0,00	18 123,89	0,00	0,00	101 940,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31/dez/2024	-56 335 785,78	-30 025 423,89	-1 067 860,56	-4 826 582,52	-718 083,94	0,00	-92 973 736,69
Em 1/janeiro/2025	-56 335 785,78	-30 025 423,89	-1 067 860,56	-4 826 582,52	-718 083,94	0,00	-92 973 736,69

Depreciação do exercício	-2 800 171,06	-1 057 314,88	-43 675,83	-201 788,98	-15 776,57	0,00	-4 118 727,32
Alienações e abates	0,00	296 649,31	23 000,00	34 407,48	1 865,39	0,00	355 922,18
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31/dez/2025	-59 135 956,84	-30 786 089,46	-1 088 536,39	-4 993 964,02	-731 995,12	0,00	-96 736 541,83
Valor líquido							
Em 31/dez/2024	54 691 281,40	3 892 017,84	107 049,97	238 979,79	16 301,01	466 819,22	59 412 449,23
Em 31/dez/2025	52 775 616,85	4 192 073,66	305 506,86	213 225,40	26 453,84	846 967,93	58 359 844,54

Os edifícios e outras construções incluídos na rubrica de terrenos e edifícios correspondem, maioritariamente, a obras e benfeitorias realizadas em imóveis propriedade da Província Portuguesa da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, cedidos ao Instituto, a título precário, para a prossecução da sua atividade assistencial nas diversas Unidades de Saúde Hospitaleiras.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor líquido dos ativos fixos tangíveis ascendia a cerca de 58,4 milhões de euros, registando uma redução de aproximadamente 1,8% face ao exercício anterior. Esta evolução resulta essencialmente do efeito das depreciações do exercício, parcialmente compensado pelos investimentos realizados e pela entrada em funcionamento de novos ativos.

Durante 2025 foram efetuados investimentos no montante de aproximadamente 3,2 milhões de euros, incidindo principalmente na aquisição de equipamentos básicos, equipamentos administrativos, equipamentos de transporte e na melhoria das condições técnicas e operacionais das diferentes unidades.

Foram igualmente transferidos para ativos fixos tangíveis cerca de 1,1 milhões de euros de investimentos anteriormente registados em curso, na sequência da conclusão de diversos projetos, destacando-se a implementação das Unidades de Produção para Autoconsumo de Energia Fotovoltaica nos Centros de Braga, Condeixa, Idanha e Lisboa. Nos Centros de São Gonçalo, São Miguel e Terceira estes projetos mantinham-se em fase de execução no final do exercício, tendo igualmente sido iniciado o processo de implementação no Centro de Assumar.

O investimento em curso registou um crescimento significativo face ao exercício anterior, ascendendo a cerca de 847 mil euros em 31 de dezembro de 2025. Destacam-se, entre os principais projetos em desenvolvimento, a segunda cobertura do edifício da Clínica Psiquiátrica de S. José, a remodelação da Casa de Saúde Santa Rosa de Lima (Belas), a Residência de Apoio Máximo da Casa de Saúde Câmara Pestana (São Gonçalo) e a remodelação da Casa de Saúde Bento Menni (Guarda).

As depreciações do exercício totalizaram aproximadamente 4,1 milhões de euros, representando um aumento de cerca de 4% face a 2024, refletindo o efeito dos investimentos realizados nos últimos anos e a entrada em funcionamento de novos ativos e infraestruturas. As alienações e abates ocorridos durante o exercício não tiveram impacto materialmente relevante na posição patrimonial do Instituto.

Em síntese, a evolução dos ativos fixos tangíveis em 2025 evidencia a continuidade da estratégia de investimento do Instituto, orientada para a modernização das infraestruturas, melhoria da eficiência energética, renovação dos equipamentos e reforço das condições de qualidade, conforto e segurança das respostas assistenciais disponibilizadas.

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização				
De Ativo Fixo Tangível	4 118 727,32	3 941 658,06	177 069,26	4%
De Ativo Fixo Intangível	640,00	242,17	397,83	164%
	4 119 367,32	3 941 900,23	177 467,09	5%

17. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foram os seguintes:

	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Em curso	Total
Custo de aquisição				
Em 1 de janeiro de 2024	731 860,87	702 859,47	0,00	1 434 720,34
Aquisições	0,00	242,17	0,00	242,17
Alienações e abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31 de dezembro de 2024	731 860,87	703 101,64	0,00	1 434 962,51
Em 1 de janeiro de 2025	731 860,87	703 101,64	0,00	1 434 962,51
Aquisições	0,00	640,00	0,00	640,00
Alienações e abates	0,00	-589,78	0,00	-589,78
Em 31 de dezembro de 2025	731 860,87	703 151,86	0,00	1 435 012,73
Depreciação acumulada				
Em 1 de janeiro de 2024	-731 860,87	-702 859,47	0,00	-1 434 720,34
Depreciação do exercício	0,00	-242,17	0,00	-242,17
Alienações e abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31 de dezembro de 2024	-731 860,87	-703 101,64	0,00	-1 434 962,51
Em 1 de janeiro de 2025	-731 860,87	-703 101,64	0,00	-1 434 962,51
Depreciação do exercício	0,00	-640,00	0,00	-640,00
Alienações e abates	0,00	589,78	0,00	589,78
Em 31 de dezembro de 2025	-731 860,87	-703 151,86	0,00	-1 435 012,73
Valor líquido				
Em 31 de dezembro de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31 de dezembro de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00

Não houve investimento significativo em ativo intangível no ano de 2025.

18. Investimentos financeiros

A rubrica de investimentos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é composta como segue:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Instrumentos Financeiros				
Obrigações				
OT Março 97 -00	552,72	552,72	0,00	0%
	552,72	552,72	0,00	0%

O montante de 552,72 euros representa um legado de onze obrigações “OT março 97-00” efetuado à Casa de Saúde Sta. Rosa de Lima - Belas.

As obrigações Espírito Santo Invest, no montante 500 mil euros, encontram-se incluídas no processo nº 3244/14.4T8LSB, relativo à massa insolvente do Espírito Santo Financial Portugal (ESFP).

O detalhe do justo valor por investimento financeiro é apresentado na nota 13.

19. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de inventários tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Medicamentos	631 276,04	539 768,07	91 507,97	17%
Dispositivos Médicos	499 022,21	473 656,94	25 365,27	5%
Produtos Alimentares	83 033,80	54 370,89	28 662,91	53%
Produtos Consumo Hoteleiro	349 323,19	302 849,97	46 473,22	15%
Material Manutenção e Conservação	36 255,51	30 225,74	6 029,77	20%
Outro material	29 632,58	29 712,08	-79,50	0%
	1 628 543,33	1 430 583,69	197 959,64	14%

Os inventários são na sua maioria constituídos por medicamentos e dispositivos médicos utilizados nas Unidades de Saúde do IIHSCJ, na atividade de prestação de serviços de saúde.

O aumento de 14% nesta rubrica resulta essencialmente do aumento da atividade assistencial, com impacto direto no consumo de medicamentos, dispositivos médicos e bens de consumo hoteleiro, bem como do efeito da atualização dos preços de aquisição.

20. Créditos a receber

Os créditos a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os que se seguem:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Clientes				
SNS e Inst. Segurança Social	3 003 407,12	5 978 250,81	-2 974 843,69	-50%
SRS - Madeira	4 307 980,93	2 164 714,91	2 143 266,02	99%
SRS - Açores	1 781 257,50	4 062 910,50	-2 281 653,00	-56%
Outras entidades	2 380 881,52	2 219 268,03	161 613,49	7%
Utentes particulares	2 136 380,30	2 091 226,88	45 153,42	2%
Sub-total clientes	13 609 907,37	16 516 371,13	-2 906 463,76	-18%
Clientes Cobrança Duvidosa	848 966,26	1 006 557,41	-157 591,15	-16%
Entidades	214 308,22	277 530,83	-63 222,61	-23%
Particulares	634 658,04	729 026,58	-94 368,54	-13%
Perdas por Imparidades Acumuladas	-848 966,26	-1 006 557,41	157 591,15	-16%
Entidades	-214 308,22	-277 530,83	63 222,61	-23%
Particulares	-634 658,04	-729 026,58	94 368,54	-13%
	13 609 907,37	16 516 371,13	-2 906 463,76	-18%

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de clientes ascendia a 13 609 907,37€, -2 906 463,76€ do que em 2024 (-18%).

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
11 473 527,07	14 425 144,25	-2 951 617,18	-20%	Entidades
2 136 380,30	2 091 226,88	45 153,42	2%	Utentes Particulares
13 609 907,37	16 516 371,13	-2 906 463,76	-18%	

O detalhe desta rubrica demonstra uma diminuição de 20% nos créditos a receber das entidades, que se ficou a dever não só à assinatura do Acordo de Cooperação entre a ACSS e o IIHSCJ, já referido, como também ao pagamento das dívidas com mais de 90 dias por parte do Governo Regional dos Açores. Em compensação, nos utentes particulares, ao longo de 2025, registou-se um acréscimo de 2% nos créditos a receber.

20.1 Imparidades de dívidas a receber

A monitorização do risco de crédito decorrente da atividade operacional é efetuada através de uma gestão permanente da carteira de devedores e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito, nomeadamente no que se refere à evolução da exposição de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado periodicamente pelas áreas operacionais e financeira de cada Unidade de Saúde, cabendo à Direção Financeira do Instituto a monitorização a nível consolidado.

As perdas por imparidade para saldos a receber são consideradas em função das perdas estimadas, tendo por base uma análise das posições em aberto à data de relato.

Os movimentos na rubrica de perdas por imparidade podem ser apresentados da seguinte forma a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Imparidade de clientes a 01/01/2025	1 006 557,41	1 154 910,00	-148 352,59	-13%
Reforço entidades	0,00	0,00	0,00	
Reversão entidades	-16 432,20	-191 367,10	174 934,90	-91%
Utilização imparidades entidades	-46 790,41	0,00	-46 790,41	
Reforço particulares	100 458,30	140 005,79	-39 547,49	-28%
Reversão particulares	-121 346,25	-83 660,83	-37 685,42	45%
Utilização imparidades particulares	-73 480,59	-13 330,45	-60 150,14	451%
Imparidade de clientes a 31/12/2025	848 966,26	1 006 557,41	-157 591,15	-16%

O detalhe do valor das imparidades por entidades é o seguinte:

Imparidade de clientes	
Entidades	214 308,22
ARS Lisboa Vale Tejo / Centro / Norte	38 875,38
ARS L.V.T., IP	36 323,95
EMGFA	30 400,97
IASFA / PSP-SAD / GNR	25 302,35
Médis	16 069,26
INSTITUTO ADMIN. DA SAÚDE, IP-RAM	13 482,32
Companhia Seguros Allianz Portugal	12 511,43
Unid.Local Saúde Litoral Alentejano	11 083,65
Inst. Segurança Social, IP - CDSS	7 349,91
Hospital Magalhães Lemos / Fernando Fonseca	4 453,90
Outras	18 455,10
Utentes Particulares	634 658,04
Total	848 966,26

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo de imparidade de clientes apresentou uma redução face ao exercício anterior, uma vez que só foram feitos novos reforços ao nível dos particulares na CSRSI (Condeixa) e na CSI (Idanha), no valor de 100 458,30€.

Verificou-se a reversão de imparidades de clientes particulares (121 346,25€), assim como a utilização de imparidades também de clientes particulares (73 480,59€).

Houve uma reversão de imparidades de entidades de 16 432,20€.

Entendemos que mais valores sejam recuperáveis em 2026 continuando o trabalho que o Instituto tem vindo a fazer.

21. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo do Estado e outros entes públicos é como se segue:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Ativo				
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)				
Restituição IVA - obras e ativos fixos	164 938,75	269 088,24	-104 149,49	-39%
Restituição IVA - produtos alimentares	302 841,44	284 084,72	18 756,72	7%
Restituição IVA anos anteriores	735 860,80	182 687,84	553 172,96	303%
	1 203 640,99	735 860,80	467 780,19	64%
Passivo				
Retenção impostos s/ rendimentos	292 445,37	265 754,09	26 691,28	10%
IVA a pagar	280 418,32	156 744,42	123 673,90	79%
Contribuições para a Segurança Social	1 127 142,66	951 744,67	175 397,99	18%
	1 700 006,35	1 374 243,18	325 763,17	24%
	-496 365,36	-638 382,38	142 017,02	-22%

Do lado do ativo, verificou-se um aumento significativo do valor do IVA a ser restituído (+467 780,19€), uma vez que a Autoridade Tributária continua a não restituir ao Instituto o IVA das obras, dos ativos tangíveis e dos produtos alimentares desde julho de 2023, inclusive (exceção feita ao mês de janeiro de 2025, cujo IVA já foi restituído).

Do lado do passivo verificou-se um aumento de 325 763,17€ dos valores a pagar ao Estado.

22. Diferimentos – ativo

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os gastos diferidos têm a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Seguros	137 844,34	114 045,69	23 798,65	21%
Outros	34 916,42	17 264,25	17 652,17	102%
	172 760,76	131 309,94	41 450,82	32%

Esta rubrica inclui valores pagos de forma adiantada, relativamente a contratos que são reconhecidos em resultados no exercício seguinte.

23. Outros ativos correntes

A rubrica outros ativos correntes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Outros devedores	71 924,73	426 060,69	-354 135,96	-83%
Devedores por acréscimos de rendim	210 678,05	195 318,61	15 359,44	8%
Adiantamentos a fornecedores	9 220,45	23 462,56	-14 242,11	-61%
Pessoal	5 874,38	5 828,30	46,08	1%
Instrumentos Financeiros	12 686 297,57	11 031 402,15	1 654 895,42	15%
Títulos da Dívida Pública	4 096 671,73	2 740 379,63	1 356 292,10	49%
Carteira Discricionária	8 589 625,84	8 291 022,52	298 603,32	4%
	12 983 995,18	11 682 072,31	1 301 922,87	11%

Em 2025 a aquisição de títulos da dívida pública, no valor de 4 096 671,73€, e a valorização dos ativos financeiros em carteira, explicam o acréscimo global desta rubrica. Tal foi possível devido à maior disponibilidade de tesouraria existente ao longo de 2025 e também já referida.

23.1 Outros devedores

Nos anos findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica outros devedores tem o seguinte detalhe:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Projetos				
POISE FSE-000082	66 941,03	410 877,16	-343 936,13	-84%
	66 941,03	410 877,16	-343 936,13	-84%
Depósitos de garantia	4 983,70	5 088,62	-104,92	-2%
Outros devedores e credores diversos:	0,00	10 094,91	-10 094,91	-100%
	71 924,73	426 060,69	-354 135,96	-83%

Embora o valor tenha diminuído relativamente a 2024, a quase totalidade diz respeito ao Projeto POISE do FSE, da CSBJ (Braga).

23.2 Devedores por acréscimos de rendimento

Nos anos findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica outros devedores por acréscimos de rendimentos, tem o seguinte detalhe:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Juros a receber	17 925,07	6 141,17	11 783,90	192%
Serviços de internamento a faturar	48 101,35	53 008,81	-4 907,46	-9%
RAMa	22 333,00	22 306,50	26,50	0%
Particulares	0,00	15 714,68	-15 714,68	-100%
ACSS	13 342,22	6 437,11	6 905,11	107%
SRS Açores	8 653,10	4 692,00	3 961,10	84%
IASFA	1 842,83	2 473,75	-630,92	-26%
PSP	1 930,20	1 384,77	545,43	39%
Projeto No stress	79 569,64	0,00	79 569,64	
Outros	65 081,99	136 168,63	-71 086,64	-52%
	210 678,05	195 318,61	15 359,44	8%

Os serviços de internamento a faturar às entidades referem-se a serviços prestados pelo IIHSCJ no âmbito da sua atividade corrente e que, apesar de corresponderem ao ano 2025, serão faturados apenas no exercício seguinte.

24. Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Caixa	63 991,97	61 099,62	2 892,35	5%
Depósitos bancários mobilizáveis	2 185 111,59	6 788 857,80	-4 603 746,21	-68%
Equivalentes a Caixa	5 723 389,45	2 123 193,75	3 600 195,70	170%
	7 972 493,01	8 973 151,17	-1 000 658,16	-11%

Atendendo aos prazos curtos associados aos saldos apresentados acima, considera-se que o valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgadas as entradas e saídas de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

25. Fundos patrimoniais

Os fundos patrimoniais do IIHSCJ a 31 de dezembro de 2025 e 2024 têm o seguinte detalhe:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Fundo inicial	4 110 661,14	4 110 661,14	0,00	0%
Fundos adquiridos	66 923 924,19	66 923 924,19	0,00	0%
	71 034 585,33	71 034 585,33	0,00	0%
Resultados transitados	4 845 273,47	-1 030 340,62	5 875 614,09	-570%
Outras variações nos fundos patrimoni.	2 861 778,06	2 965 163,66	-103 385,60	-3%
Resultado líquido do exercício	3 558 431,73	5 875 614,09	-2 317 182,36	-39%
	82 300 068,59	78 845 022,46	3 455 046,13	4%

A redução do resultado líquido do exercício em 2025 resulta de um crescimento dos gastos superior ao dos rendimentos.

Apesar do aumento das vendas e serviços prestados em 5 284 561,80€ (+6%), verificou-se um acréscimo mais expressivo dos gastos com pessoal (+6 151 021,28€; +12%), bem como dos fornecimentos e serviços externos (+482 336,58€; +3%) e do CMVMC (+357 720,58€; +4%).

Este desfasamento na evolução das rubricas operacionais determinou a diminuição do resultado líquido face ao exercício anterior.

26. Financiamentos obtidos

A rubrica dos financiamentos obtidos a 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Não corrente				
Braga - CSBJ	1 600 000,00	9 000 000,00	-7 400 000,00	-82%
	1 600 000,00	9 000 000,00	-7 400 000,00	-82%
Corrente				
Braga - CSBJ	0,00	660 000,00	-660 000,00	-100%
DO	6 636,49	0,00	6 636,49	
	6 636,49	660 000,00	-653 363,51	-99%
	1 606 636,49	9 660 000,00	-8 053 363,51	-83%

Esta rubrica apresenta o financiamento concedido pela Província Portuguesa da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus ao Instituto, neste caso à Casa de Saúde do Bom Jesus (CSBJ). Em 2025 esse valor diminuiu consideravelmente (-83%).

27. Fornecedores

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de fornecedores tem os seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Fornecedores				
Fornecedores nacionais	2 053 250,20	1 483 813,27	569 436,93	38%
Fornecedores intra-comunitários	1 993,34	1 985,07	8,27	0%
	2 055 243,54	1 485 798,34	569 445,20	38%

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores ascendeu a 2 055 243,54€, o que representa um aumento de 569 445,20€ (+38%) face ao período homólogo, refletindo um maior volume de compras e o alargamento dos prazos médios de pagamento. A quase totalidade das compras é realizada a fornecedores nacionais.

28. Diferimentos – passivo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de diferimentos do passivo tem os seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
POISE	0,00	247 156,94	-247 156,94	-100%
Câmara Municipal de Sintra	0,00	17 243,95	-17 243,95	-100%
Câmara Municipal de Cascais	35 434,06	0,00	35 434,06	
Câmara Municipal de Lisboa	48 645,00	0,00	48 645,00	
Outros	528,46	0,00	528,46	
	84 607,52	264 400,89	-179 793,37	-68%

Os rendimentos a reconhecer são referentes a valores de subsídios de projetos cujo reconhecimento em ganho é efetuado na mesma proporção do reconhecimento do gasto.

29. Outros passivos correntes

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 os outros passivos correntes têm o seguinte detalhe:

	31/12/2025	31/12/2024	Var	%
Fornecedores de imobilizado	155 429,39	214 082,85	-58 653,46	-27%
Acréscimos de gastos				
Seguros a liquidar	70 815,75	16 001,15	54 814,60	343%
Remunerações a liquidar	7 183 876,51	6 439 170,12	744 706,39	12%
FSE a liquidar	92 172,96	71 066,84	21 106,12	30%
Outros acréscimos de gastos	2 768,43	5 723,50	-2 955,07	-52%
	7 349 633,65	6 531 961,61	817 672,04	13%
Outras contas a pagar				
Outros credores	114 943,99	165,38	114 778,61	69403%
Adiantamento de clientes	518 032,51	466 612,21	51 420,30	11%
Outros pessoal	47 135,87	40 064,07	7 071,80	18%
	680 112,37	506 841,66	173 270,71	34%
	8 185 175,41	7 252 886,12	932 289,29	13%

Atendendo aos prazos curtos associados aos saldos apresentados acima, considera-se que o valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

30. Contingências, garantias e compromissos

O IIHSCJ não tem reservas e garantias assumidas.

31. Ativos sob gestão

O IIHSCJ tem sob sua gestão pensões de utentes que no ano 2025 totalizam cerca de 18,4 milhões de euros.

32. Eventos subsequentes

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025, não ocorreram acontecimentos suscetíveis de alterar de forma material a posição financeira, patrimonial ou os resultados apresentados pelo Instituto.

O contexto económico internacional continua a caracterizar-se por alguma incerteza, decorrente da persistência de tensões geopolíticas, da evolução dos mercados energéticos e financeiros e dos desafios associados ao crescimento económico global. Contudo, durante o período decorrido entre o encerramento do exercício e a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados acontecimentos com impacto significativo na atividade, situação financeira ou desempenho operacional do Instituto.

Neste enquadramento, a Direção do Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus considera que não existem eventos subsequentes que exijam ajustamentos ou divulgações adicionais às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Lisboa, 17 de junho de 2026

A Direção do Instituto

Paula Jacinta Moreira Gonçalves Carneiro
(Paula Jacinta Moreira Gonçalves Carneiro - Presidente)

Maria Anália Oliveira Antunes
(Maria Anália Oliveira Antunes - Vice-Presidente)

Laura Neves
(Laura Neves - Secretária)

Maria Fernanda Macedo Oliveira
(Maria Fernanda Macedo Oliveira - Tesoureira)

Fernanda Maria Silva Esteves
(Fernanda Maria Silva Esteves - Vogal)

CONTABILISTA CERTIFICADA

Isabel Alexandra Sá Pereira Costa Fernandes
(Isabel Alexandra Sá Pereira Costa Fernandes)



Irmãs Hospitaleiras
PORTUGAL

INSTITUTO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Rua Prof. Luís da Cunha Gonçalves, 5 1ºEsq. | 1600-826 Lisboa

Tel. (+351) 217 108 140 (chamada para a rede fixa nacional) | sede@irmashospitaleiras.pt

www.irmashospitaleiras.pt